

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO GRUPO DOMÉSTICO NO HINTERLAND DE LISBOA: UM ESTUDO SOBRE CONDUTAS DIFERENCIAIS

Alvaro Ferreira Da SILVA
Universidade Nova de Lisboa

ABSTRACTS

La investigación analiza las formas de organización doméstica de una zona del hinterland de Lisboa, en concreto Oeiras, entre 1730 y 1810. Los resultados ponen de manifiesto la existencia de dos sistemas de organización del grupo doméstico: el de los labradores, que plantean una estrategia de sucesión asociada a la defensa del patrimonio familiar, y el de los trabajadores, para quienes su estrategia de organización reside en la formación de nuevos hogares, con la consiguiente renuncia a cualquier sistema de sucesión intergeneracional que prime la perpetuación del patrimonio familiar como principal argumento. Así mismo, se pone de manifiesto cómo ambos sistemas de organización del grupo doméstico responden a la existencia de diferentes posicionamientos en el proceso económico y jerárquico de la sociedad de Oeiras, aunque ello no signifique necesariamente la existencia de dos modelos de economía doméstica antagónicos.

Investigation analyses methods of domestic organization in a hinterland area in Lisboa, concretely in Oeiras, between 1730 and 1810. Results show the existence of two systems of domestic group organization: farmers and workers. The farmer ones set up a succession strategy associated with the defence of familiar heritage. On the other hand, workers consider that their organization strategy is based on both the setting up new families and giving up any system of generation succession by which the principal aim is the perpetuation of the familiar heritage. This shows clearly as well how both systems are the results of different economic and hierarchical positions in the Oeiras society. Although this doesn't imply the existence of two antagonic domestic models of economy.

L'investigation analyse les manières d'organisation domestique d'une zone du hinterland de Lisboa concrètement Oeiras entre 1730 et 1810. Les resultats mettent en évidence l'existence de deux systèmes d'organisation du groupe domestique: celui des agriculteurs, qui proposent une stratégie de succession associée au défense du patrimoine familial, et celui des travailleurs, pour lesquels son stratégie d'organisation réside dans

la formation des nouveaux foyers, avec la conséquence du renoncement à n'importe quel système de succession intergénérationnel que prime la perpétuation du patrimoine familial comme principal argument. De la même manière on met en évidence comme les deux systèmes d'organisation du groupe domestique répondent à l'existence des différentes positions dans le processus économique et hiérarchique de la société de Oeiras, bien que ça ne signifie pas nécessairement l'existence de deux modèles d'économie domestique antagoniques.

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO GRUPO DOMÉSTICO NO HINTERLAND DE LISBOA: UM ESTUDO SOBRE CONDUTAS DIFERENCIAIS

Alvaro Ferreira Da SILVA
Universidade Nova de Lisboa

1. A análise da demografia diferencial em Portugal

A análise dos comportamentos demográficos e familiares entre os diferentes grupos sociais não tem sido um tema de investigação difundido em Portugal. São muito raras as tentativas de colocar as diferenças sociais como centro de inquérito para o estudo da demografia histórica e da história da família. Quando surge, trata-se preferencialmente de referências esporádicas, de dados esparsos sobre os comportamentos diferenciais face à nupcialidade, à natalidade ou à estrutura familiar, mas que não integram esta análise numa verdadeira estratégia de investigação sobre o tema¹. Nalguns casos é mais cuidada a atenção prestada à forma como o estatuto socio-profissional enquadra os comportamentos demográficos ou familiares. Constitui mais um dos critérios de análise histórica da família ou da população, mas não estrutura as principais interrogações².

Existem, porém, alguns estudos em que o tema central é a análise do modo como os grupos sociais exibem diferentes condutas demográficas ou familiares. O trabalho de Nuno Monteiro (1992) sobre a demografia da

1 N. Amorim (1987) é um exemplo perfeito do que acabo de dizer. Na sua obra sobre a evolução demográfica de Guimarães apresenta alguns dados sobre a idade ao primeiro casamento (pp. 112-115) ou sobre a fecundidade (pp. 220-112) por grupo social.

2 Nunes (1986) aborda o modo como diferentes grupos sociais têm distintas configurações dos seus grupos domésticos. Também Brettell (1986: 229 e ss.) integra a ilegitimidade no seu contexto económico e social.

aristocracia portuguesa nos séculos 17 a 19 é um bom exemplo desta preocupação. Brian O'Neill (1981, 1984, 1985a e 1985b) empreendeu a análise antropológica duma comunidade do Nordeste português desde o século 19, através duma investigação em que a interrogação fundamental se baseia no modo como o lugar social ocupado pelos diferentes grupos domésticos vai implicar condutas distintas face à família, à sucessão, ao casamento ou à ilegitimidade. Rui Cascão (1989: 11) apresenta a elaboração duma «história social diferencial» como principal preocupação da sua extensa investigação sobre duas comunidades da Litoral Centro de Portugal. A mobilidade geográfica, a nupcialidade e a ilegitimidade são abordadas sob este prisma³.

2. O tema da comunicação

O tema desta comunicação constitui uma tentativa de contribuir para que seja minorada a situação de penúria de estudos dedicados à análise da influência do «status», da riqueza ou da ocupação nos comportamentos demográficos e familiares. São as formas de organização dos grupos domésticos que são particularmente visadas por esta análise diferencial⁴.

Falar em formas de organização dos grupos domésticos desloca desde logo o centro de atenção do mero conhecimento da morfologia familiar dos grupos domésticos. A noção de formas de organização dos grupos domésticos é mais ampla. Engloba as características estruturais que dominam os processos de formação e desenvolvimento dos grupos domésticos. São estas características estruturais que permitem explicar as diferentes configurações de familiares e igualmente as dinâmicas de evolução dos grupos domésticos. Esta enunciação do tema não significa que se pretenda traçar qualquer distinção rígida entre uma análise dos grupos domésticos de tipo longitudinal e uma outra de tipo transversal, tal como é preconizado por B.P. Bradley e F. Mendels quando abordam o conceito de «family organization»⁵. Considero, pelo contrário, que a melhor forma de compreender o que chamei as características estruturais dos processos de

3 Num artigo anterior (1985), Rui Cascão tinha analisado também a composição familiar dos grupos domésticos tendo em conta os diferentes grupos socio-profissionais a que pertenciam.

4 Em trabalho mais longo analisei detalhadamente este tema (Silva, no prelo).

5 O conceito «family organization» é sintetizado da seguinte forma: «family organisation... is the fundamental process whereby composition is generated, of which one of the main determinants, but not the only one, is the way in which generations succeed one another in a house or farm» (Bradley e Mendels, 1978: 381). Para estes autores, o estudo da organização do grupo doméstico é baseado na análise longitudinal. Em contrapartida, a composição do grupo doméstico acede-se por uma análise transversal. Também Mitterauer e Sieder (1979 e 1983) dão uma grande importância a esta distinção, embora não utilizando o conceito de organização do grupo doméstico.

criação e desenvolvimento dos grupos domésticos deve combinar os dois tipos de análise, embora privilegiando uma perspectiva processual.

Também não creio inteiramente pertinente a separação feita por Mittrauer e Sieder entre «método biográfico» (que caracterizaria uma postura de análise longitudinal) e «método agregado ou estatístico» (específico da abordagem transversal) (1979: 277-278; 1983: 311). A generalização torna-se difícil numa abordagem longitudinal unicamente baseada na realização de biografias familiares e perde-se em fácil tradução estatística dos comportamentos observados o que se ganha na percepção mais colorida da vida familiar do passado. Conjugué a análise das trajetórias familiares (através de esboços próximos das biografias) com a quantificação, sempre que a natureza das informações o possibilitavam. Utilizando processos simples de organização gráfica ou de classificação das informações sobre as características da transformação da morfologia dos grupos domésticos, foi possível combinar os estudos de caso com uma análise agregada.

A hipótese que baseia esta comunicação é a de que comportamentos modais observáveis em algumas das características do grupo doméstico (tipos de parentes co-residentes ou neolocalidade da residência ao casamento, por exemplo) escondem diferenças importantes entre os vários grupos sociais.

Por comodidade de síntese, limitarei a análise aos grupos domésticos de lavradores e jornaleiros, apesar de incluir um espectro social mais amplo no estudo em que esta comunicação se baseia. A referência à ocupação desempenha aqui um duplo papel. Por um lado, existe a preocupação de observar as modificações na organização dos grupos domésticos que advêm da prática de diferentes actividades profissionais⁶. Por outro lado, pretende-se conhecer até que ponto a composição do grupo doméstico é permeável ao facto deste se constituir como um grupo de trabalho.

Resta assinalar que a literatura sobre «economia camponesa» desempenhou um papel heurístico no aprofundamento deste tema⁷. De um ponto de vista mais estrito da análise das relações entre família e ocupação os estudos de Richard Wall (1983; 1984; 1986) foram igualmente importantes. Papel de relevo cabe ao notável ensaio que Peter Laslett (1983) dedicou às relações entre grupo de trabalho e grupo doméstico.

⁶ Esta caracterização ocupacional de um grupo doméstico é limitadamente unidimensional. De uma realidade multifacetada, pluridimensional, que são as fontes de rendimento dos grupos domésticos, cria-se uma imagem a preto e branco, utilizando a ocupação do chefe de família como elemento definidor do conjunto das receitas familiares. Tendo em conta esta limitação, entenda-se a classificação do grupo doméstico quanto à ocupação como uma tentativa de delimitar a origem das suas fontes de rendimento.

⁷ Os trabalhos de Chayanov editados em inglês em 1966 são a referência fundamental, acompanhada pelos estudos que Shanin, Thorner ou Mintz dedicaram ao tema.

3. O contexto económico e social da vida familiar

A freguesia tem a sua sede na vila de Oeiras, que dista cerca de quinze quilómetros da cidade de Lisboa e contava em 1738 com quase de 1.900 habitantes. O período que medeia até 1773 vai ser de forte crescimento populacional, atingindo então os 3.500 habitantes, população que se mantém até 1810, com ligeiras oscilações.

A proximidade da capital e o facto de ser banhada pelo rio Tejo, via de transporte rápida e barata, foram um incentivo precioso ao desenvolvimento de uma agricultura apostada na produção frutícola e na vitivinicultura, não desdenhando também a cereali-cultura. Entre casais e quintas se dividiam estes cultivos, sendo os cereais maioritariamente produzidos nos casais, enquanto a vinha e os pomares se concentravam nas quintas. Esta associação entre certos cultivos e determinado tipo de prédios estendia-se igualmente às formas de exploração que caracterizavam cada prédio. Enquanto as quintas, maioritariamente produtoras de vinho e fruta, eram exploradas directamente pelo seu proprietário, raramente sendo arrendadas, os casais eram quase sempre dados de arrendamento. Em comum, os casais e quintas têm o facto dos seus proprietários raramente residirem na freguesia, sendo maioritariamente de Lisboa, numa demonstração da expansão de capitais citadinos na propriedade de bens de raiz das zonas periurbanas⁸.

Os lavradores, cujas trajectórias familiares irão ser analisadas, são os cultivadores destes casais. Raramente são proprietários dos prédios que cultivam, tendo quando muito uma ou outra courela de terra de pão ou alguma vinha. Por seu turno, os trabalhadores⁹ não mantinham situações de complementaridade com o cultivo da terra. Muito poucos tinham terras ou vinhas, e eram também raros os que tomavam algum destes prédios em regime de arrendamento¹⁰. O seu afastamento da propriedade de bens de raiz estendia-se mesmo às próprias casas de habitação¹¹.

Esta breve apresentação dos aspectos mais relevantes da economia do espaço analisado ficaria incompleta se apenas fossem referidas as suas características agrárias. Falar da produção agrícola, destacar as quintas e ca-

8 Cf. capítulo I de Silva, no prelo. Um dos grandes proprietários de casais e quintas era o Marquês de Pombal. O rendimento fundiário proveniente de casais ou quintas que eram propriedade da Casa Pombal oscilou entre 20% e 50% do rendimento fundiário destes prédios, dependendo do momento que se considerava.

9 O termo não é unívoco, tanto podendo designar o assalariado agrícola, como o trabalhador indiferenciado da indústria. A maior parte das vezes referiase ao primeiro caso.

10 Em 1763, dos 101 grupos domésticos referenciados como trabalhadores só cinco eram proprietários deste tipo de bens. O arrendamento também não era frequentemente utilizado como meio de exploração de uma parcela de terra ou de um pedaço de vinha. Em dois únicos casos se observa esta solução.

11 Pouco mais de um quarto dos trabalhadores habitam em casas próprias.

sais como principais unidades produtivas, não faz justiça ao conjunto da economia local. O sector agrícola, embora maioritário como meio de vida dos habitantes de Oeiras entre 1730 e 1810, não apresentava um volume de emprego que se superiorizasse largamente àquele que era proporcionado pelo trabalho na indústria. A produção industrial tinha um mercado que ultrapassava o nível concelhio, nomeadamente na fundição e trabalho do ferro, ou na extracção de pedra e mármore. Da mesma forma, lado a lado com o pequeno comércio paroquial e aldeão, coexistiam um punhado de negociantes de trigo e azeite, de fruta e vinho, de madeira e materiais de construção, que visavam mais longe no seu círculo de trocas.

Diversidade das actividades económicas e da estrutura ocupacional que lhe correspondia, complexidade da estrutura económica e social presente nesta comunidade, descentramento dos habitantes face à propriedade dos bens de raiz (sejam eles casas ou lojas, casais ou azenhas e moinhos): eis as principais conclusões que enquadram o quotidiano das famílias que irão ser analisadas.

Mesmo numa versão muito pouco rígida das regras que definiam os grupos domésticos como grupos de trabalho, o contexto económico e social de Oeiras durante o século 18, não permitia que grande parte das famílias tivessem o controlo sobre as suas fontes de rendimento. Os jornaleiros (mais de 20% das famílias residentes em Oeiras) não tinham qualquer relação de complementaridade entre o trabalho assalariado e o cultivo independente de uma leira de terra. Entre os artífices (cerca de 30%) muitos também não constituíam unidades de trabalho. Os seus chefes de famílias, ou outros elementos activos, trabalhavam por conta de outrem, fora do agregado doméstico, derivando desse trabalho uma parte essencial do rendimento da família. Um número desconhecido dos fogos de que não foi identificada a actividade profissional de qualquer dos seus membros, nem existiam outras indicações sobre a sua posição social, corresponderia a núcleos residenciais de pobres e idosos, dependendo de transferências de rendimentos de tipo assistencial.

Para o jornaleiro agrícola ou o assalariado dos ofícios, era nítida a separação entre local de trabalho e residência. O fundo comum que sustinha o agregado familiar como unidade de consumo era obtido através do trabalho por conta de outrem e não através da actividade dos co-residentes como grupo de trabalho. Como tal, a sua composição passava a não estar dependente da adequação entre a dimensão do agregado doméstico e os recursos económicos da empresa familiar. Afastada estava a possibilidade do cultivo de terras próprias ou arrendadas, a não ser num número muito limitado de casos. Era-lhes interdito o acesso aos direitos de pastagem,

caça, recollecção de frutos ou de lenha, que noutras sociedades locais faziam parte da hierarquia de direitos de usufruto que caracterizavam a organização agrária e o sistema de posse¹². Nestas circunstâncias, a família teria dificuldades em estar vinculada a qualquer processo de desenvolvimento em que existissem mecanismos de autoregulação entre a sua composição e as actividades económicas em que participasse como grupo de trabalho, mesmo abrangendo parcialmente os seus membros¹³.

Isto não significa que as actividades económicas, da agricultura ao comércio, não continuassem a ser desempenhadas tendo a escala doméstica como ponto de referência. Situação visível não apenas no importante peso da mão-de-obra que residia no fogo do seu amo, como criados, oficiais ou aprendizes. Os trabalhadores por conta de outrem -fossem jornaleiros agrícolas ou oficiais-, mesmo quando residiam em casa própria, faziam parte de um grupo de trabalho, instalado na família do lavrador ou mestre, seus empregadores. Nestes, a família era a unidade de produção e de consumo; a casa ou os terrenos que a enquadravam, o espaço físico de trabalho e de residência. De um ponto de vista meramente especulativo, a composição do grupo doméstico -os filhos e outros parentes co-residentes, em idade laboral, ou os trabalhadores domésticos- podia continuar a estar dependente dos recursos económicos disponíveis, a exemplo do que era preconizado pela relação clássica entre grupo de trabalho e grupo doméstico. Em que medida se fazia a adequação entre a composição do grupo de trabalho residente e a dimensão do negócio na lavoura ou no artesanato, em condições em que existia um activo mercado de trabalho, é um dos aspectos que será abordado nas páginas que se seguem.

Do ponto de vista do tipo de economia doméstica, as famílias de lavradores e trabalhadores parecem poder encaixar-se na tipologia proposta por Louise Tilly e Joan Scott (1978: 14-15). No primeiro caso, o grupo doméstico era o local de produção e de consumo, ao passo que no segundo era apenas um lugar de consumo: «The unit's need for wages, rather than for laborers, defined the work of family members». Entre os lavradores, a composição da família está vinculada ao seu desempenho como unidade de produção. Nos trabalhadores, os rendimentos do grupo

12 O estudo mais lúcido da importância económica, social e mesmo psicológica dos direitos colectivos de usufruto de certos bens e recursos, e da sua influência nas práticas de sucessão e na formação dos grupos domésticos, foi realizado por E.P. Thompson (1976), tendo como referência o caso inglês. Em *Whigs and hunters* (1975) tinha empreendido um estudo minucioso do impacto da perda de direitos colectivos em áreas florestais de Inglaterra durante o final do século XVII e primeira metade do século XVIII.

13 Quando existisse um forte empenhamento na indústria doméstica, como trabalho complementar para o chefe de família e permanente para esposa e filhos, poder-se-ia esperar comportamentos do tipo dos que foram apresentadas por H. Medick (1976) para os produtores proto-industriais, com a diferença de que no caso das regiões alemãs, austríacas, suíças e inglesas que toma como exemplos, a especialização na produção industrial à escala doméstica seria muito maior do que a potencialmente existente em Oeiras.

doméstico são auferidos através do trabalho assalariado, pelo que não existe qualquer limite ao número de filhos que podem residir em casa, potenciais geradores de rendimentos através do seu emprego como assalariados.

4. A dimensão e a composição dos grupos domésticos de lavradores e trabalhadores

A classificação dos grupos domésticos de Oeiras quanto aos parentes co-residentes destaca os fogos ligados ao trabalho à jorna, ao artesanato ou à actividade transportadora como aqueles que exibem as maiores percentagens de famílias nucleares. Em contrapartida, a maior complexidade das relações familiares no interior do mesmo espaço residencial está presente na meia dúzia de fogos de proprietários, nos fogos dos indivíduos com cargos na administração pública ou que são oficiais do exército e da armada, e nos lavradores. Colocados numa curva de distribuição do rendimento ocupariam uma posição à direita do ponto médio ou modal¹⁴. Com valores médios de fogos nucleares e complexos, estão os comerciantes. Estas conclusões, baseadas na observação sincrónica da composição das famílias em diferentes anos entre 1762 e 1810, não sofrem qualquer alteração ao longo do período analisado. O quadro 1 sintetiza os resultados de lavradores e trabalhadores para 1763 e 1806. Os fogos complexos são mais frequentes entre os lavradores, mas as margens de variação não são tão elevadas que possam por si só desvendar a presença de formas radicalmente diferentes de conceber a estruturação das relações de co-residência.

Quadro 1: Composição dos grupos domésticos, segundo os parentes residentes nos lavradores e trabalhadores (1763 e 1806)

| | Anos | Nº de fogos | Tipo de estrutura familiar | | | | | (em %) | |
|----------------|------|-------------|----------------------------|---|----|-----|---|--------|--|
| | | | 1 | 2 | 3 | 4+5 | 6 | Total | |
| Lavradores | 1763 | 33 | 3 | 6 | 58 | 30 | 3 | 100 | |
| | 1806 | 35 | 0 | 6 | 77 | 17 | 0 | 100 | |
| Trabalhadores | 1763 | 101 | 4 | 3 | 82 | 11 | 0 | 100 | |
| | 1806 | 44 | 12 | 2 | 81 | 4 | 0 | 99 | |
| Todos os fogos | 1763 | 660 | 12 | 9 | 64 | 13 | 3 | 101 | |
| | 1806 | 869 | 15 | 7 | 67 | 10 | 2 | 101 | |

¹⁴ Em linhas gerais isto coincide com os resultados apresentados por Rui Casção (1985: 112).

Porventura, o conhecimento de quem são os parentes estranhos ao par conjugal e seus filhos que podem ser encontrados no interior da mesma casa, poderá fornecer pistas mais profícuas. Não multiplicando os quadros, considere-se apenas as relações de parentesco existentes em 1763 (quadro 2). Era mais fácil encontrar um parente residente num fogo dum lavrador do que no agregado familiar dum trabalhador¹⁵. Comportamento esperado, tendo em conta a associação entre grupo de trabalho e grupo doméstico entre os lavradores, que explicaria a maior atracção de parentes. Mas o mesmo não se passava com outra provável consequência do funcionamento destes grupos domésticos como grupos de trabalho: o facto da maioria dos parentes deverem ser do sexo masculino. Neste caso a realidade contradiz todas as expectativas: é nos grupos domésticos de trabalhadores que vamos encontrar "sex ratios" mais desequilibrados em favor dos homens.

Quadro 2: Familiares presentes nos grupos domésticos (1763)

| | Fogos | | | Pais e sogros | Irmãos e cunhados | Filhos, genros, noras | So-brinhos | Netos | Outros parentes | Todos Sex ratio | Média por fogo |
|----------------|-------|-----|----|---------------|-------------------|-----------------------|------------|-------|-----------------|-----------------|----------------|
| | Total | N | % | | | | | | | | |
| Lavradores | 33 | 12 | 36 | 0 | 8 | 4 | 2 | 4 | 0 | 80 | 0,55 |
| Trabalhadores | 101 | 12 | 12 | 5 | 11 | 0 | 0 | 0 | 1 | 143 | 0,17 |
| Todos os fogos | 660 | 101 | 15 | 14 | 74 | 6 | 19 | 10 | 12 | 47 | 0,21 |

Por seu turno, também quanto às relações de parentesco que se podiam encontrar nos fogos de lavradores e trabalhadores era possível detectar algumas distinções. Os descendentes directos por via linear (filhos ou filhas), casados e com os respectivos cônjuges, só estão presentes nos fogos dos lavradores. São dois filhos casados e esposas que habitam numa posição de dependência no fogo dos seus pais¹⁶. Em sentido inverso (para pais ou sogros), o alargamento é mais frequente e ganha uma característica social distinta. São os fogos de jornaleiros que concentram estes familiares¹⁷. O alargamento ascendente a pais e sogros do chefe de família desvenda bem as suas características assistenciais, longe do funcionamento de qualquer modelo de família troncal que visse na coincidência entre grupo doméstico e grupo de trabalho a raiz da sua existência. Este

15 Tal como na Figueira da Foz em 1838 (Cascão, 1985: 111).

16 As restantes duas referências que perfazem os seis filhos, filhas, genros ou noras presentes na última linha do quadro 2, dizem respeito a duas filhas viúvas. Como um resultado parcial desta maior presença de filhos casados, a presença de netos é mais intensa nos lavradores.

17 Se adicionássemos os grupos domésticos dos artífices encontraríamos mais de dois terços das referências a estes parentes nos róis de confessados de 1763.

tipo de alargamento surge sistematicamente associado aos grupos domésticos dos assalariados e dos mais pobres. A tendência para a retenção da autoridade paterna por parte da geração mais velha, com incorporação dos filhos numa posição subalterna, é rara. Manifesta-se unicamente nos grupos domésticos dos lavradores.

Irmãos e cunhados surgem disseminados entre os diferentes grupos ocupacionais, reflexo da importância global que estes parentes assumem no quadro das relações de parentesco na freguesia. Encontrar qualquer sinal de que a escolha preferencial de parentes masculinos entre irmãos e cunhados se reflectisse primordialmente nos fogos que são grupos de trabalho, é tarefa votada ao fracasso. Em 1763, dos oito irmãos ou cunhados que residem em fogos de lavradores, cinco são homens. Covariação positiva. Mas nas famílias de trabalhadores encontramos também uma presença maioritária dos irmãos e cunhados do sexo masculino. A integração no grupo doméstico destes parentes não obedece a um único motivo, tal como no caso dos ascendentes. Em certos grupos domésticos, as necessidades de adição de mais dois braços estão por detrás da co-residência dum irmão ou dum cunhado. Noutros, foi a morte dos pais deixando filhos menores que originou a necessidade destes irem residir para casa de um irmão ou irmã já casados. E vários outros motivos podiam ser apresentados. Mais do que razões de âmbito profissional ou a mera adequação às necessidades da família como unidade produtiva, parecem ser razões circunstanciais a explicar a presença deste ou daquele irmão num ou noutro fogo.

O número de filhos solteiros co-residentes é outro indicador importante para tentar testar os efeitos na composição do grupo doméstico do seu funcionamento como grupo de trabalho (quadro 3). É maior a capacidade de atracção dos grupos domésticos de lavradores sobre os filhos solteiros, indício provável duma maior capacidade de retenção de mão-de-obra familiar. Por outro lado, os filhos do sexo masculino são também em maior número nos fogos de lavradores do que nos de trabalhadores e no conjunto dos fogos. Em suma: maior propensão para a saída dos filhos nos grupos domésticos em que mais se fariam sentir as pressões do consumo sobre a capacidade de angariação de rendimentos por parte da família, e em que existiria a impossibilidade de serem integrados num grupo de trabalho doméstico. Tudo é diferente nas famílias dos lavradores. Não só a permanência de filhos no grupo doméstico é maior, como num momento de diminuição do trabalho doméstico masculino, a partir do último quartel do século 18, se nota a capacidade do agregado familiar em reter um maior número de filhos como força de trabalho¹⁸. Nas famílias que pertencem

¹⁸ Para uma explicação mais detalhada deste mecanismo, cf. Silva (no prelo).

aos estratos mais ricos desta sociedade local (proprietários e ocupações ligadas ao terciário)¹⁹ observa-se uma tendência semelhante para um maior número de filhos por unidade conjugal. Aqui não são as razões relacionadas com a integração potencial numa unidade de trabalho que contam, mas sim a inexistência das pressões que levavam os descendentes dos mais pobres à saída do lar²⁰.

Quadro 3: Filhos presentes nos grupos domésticos (1763)

| | Nº de fogos | Nº UC | Filhos | | Média por UC |
|----------------|-------------|-------|--------|-----------|--------------|
| | | | Total | Sex ratio | |
| Lavradores | 33 | 30 | 53 | 165 | 1,77 |
| Trabalhadores | 101 | 94 | 119 | 105 | 1,27 |
| Todos os fogos | 660 | 508 | 648 | 95 | 1,26 |

UC: Unidades conjugais

A presença de domésticos é também fortemente desequilibrada em benefício dos fogos de lavradores. Em 1763, dos 101 fogos de trabalhadores apenas um tem uma criada, enquanto os 33 fogos de lavradores têm em média cerca de dois criados ou escravos por fogo²¹.

Existem razões para crer que nos grupos domésticos de lavradores se fazia sentir a sua condição de unidade de produção como incentivo à maior permanência dos filhos em casa dos pais no período prévio ao casamento, dando como provada esta justificação para a desproporcionada presença de domésticos. Muito menos nítida é a existência de qualquer relação de dependência entre o funcionamento do grupo doméstico como grupo de trabalho e a presença de familiares exteriores ao núcleo conjugal e seus filhos. Esta solução estava longe de ser universal e de ter um impacto significativo na composição do grupo doméstico. Por outro lado, era possível encontrar o mesmo tipo de familiares em agregados domésticos de assalariados, em que não existiam os vínculos a qualquer função da famí-

¹⁹ Remeto mais uma vez para o meu trabalho já citado a apresentação de resultados mais detalhados.

²⁰ Embora a saída de filhos destes agregados familiares também fosse algo que sucedesse num período prévio ao casamento. O início duma carreira religiosa, a integração nas fileiras do exército ou a aprendizagem de um ofício, podiam ser alguns dos motivos que levariam os filhos destes elementos mais ricos a sair de casa dos pais mesmo antes do casamento.

²¹ Torna-se desnecessária a apresentação dum quadro comparativo. Este seria útil se a comparação se estendesse a outros grupos socio-profissionais. Porém, é importante acrescentar que entre os 57 criados e escravos que em 1763 podiam ser encontrados nos fogos de lavradores, o número de criados era francamente superior (47 contra 10), e dentro destes os do sexo masculino (45 em 47). Isto é relevante quando se pensa na diferente utilização do trabalho doméstico livre ou não-livre, de homens ou mulheres. O trabalho escravo e o trabalho doméstico livre levado a cabo por elementos do sexo feminino estaria mais directamente ligado ao desempenho de actividades estritamente domésticas, na limpeza e trato da casa, ou modelando a imagem dum estilo de vida. Cf. Silva (1987).

lia como unidade produtiva. A acção centrípeta do grupo doméstico sobre a mão-de-obra familiar podia surgir como uma característica dos grupos residenciais que se constituíam como unidade de produção. Mas atingia sobretudo os filhos do casal, deixando de lado os outros parentes²².

Do ponto de vista dos parentes co-residentes -e, conseqüentemente, do tipo de estrutura familiar- não existiam grandes margens de variação entre os diferentes grupos profissionais e sociais. Era principalmente pela presença de domésticos, também pela permanência de filhos em casa, durante e após a juventude, e menos pela presença de outros familiares, que se manifestava a influência dos imperativos do grupo de trabalho sobre a constituição do agregado doméstico. Na comparação da estrutura familiar de lavradores e jornaleiros, por exemplo, Domenico Sella (1987: 501-505) apresentava contrastes bem mais profundos para paróquias do Norte de Itália no final do século XVI. Nos lavradores -que eram principalmente rendeiros como os de Oeiras- a complexidade das relações familiares no interior da unidade de residência era uma norma, compartilhada por cerca de 2/3 dos grupos domésticos. Em contrapartida, os fogos de trabalhadores eram maioritariamente nucleares, com poucos a viverem em famílias complexas. Em Oeiras nada existia que se pudesse comparar a uma composição do grupo doméstico tão antagónica. É certo que a probabilidade de encontrar um familiar do chefe de família, que não fosse a sua mulher ou os seus filhos, era maior nos fogos dos lavradores, o que se traduzia numa maior importância relativa dos fogos complexos. Mas a diferença entre o tipo de estrutura familiar nos dois grupos sociais nunca alcançava valores tão díspares como os referenciados por Domenico Sella. Ou, dito de outra forma, a família nuclear permanecia a configuração maioritária dos agregados domésticos de ambos os grupos sociais.

Esta distinção entre o que podia ser observado no Norte de Itália no final do século 16 e a situação em Oeiras, praticamente dois séculos depois, radica nas diferentes condições em que o grupo de trabalho se combinava com a família. Nas comunidades estudadas por Sella a mão-de-obra familiar desempenhava um papel fundamental na constituição do grupo de trabalho dos lavradores. O trabalho doméstico, como fonte alternativa de mão-de-obra residente, não parece ter qualquer relevância. Porque não

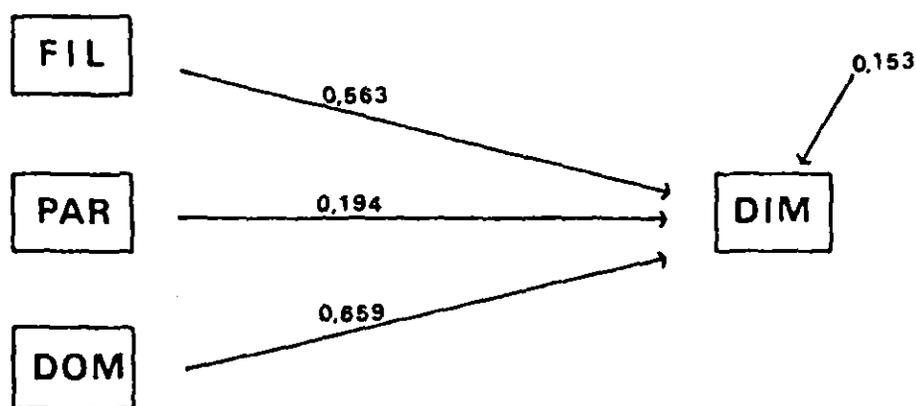
22 No caso dos artífices uma outra razão pugnava contra uma mais intensa integração de familiares nos grupos domésticos que se constituíam como grupos de trabalho. A mão-de-obra não atingia no artesanato o grau de concentração que era possível observar no sector agrícola, como se podia constatar pela distribuição dos domésticos por fogo. O trabalho em muito pequena escala, fazendo apelo ao contributo do chefe de família e, quando muito, da mulher e filhos, deixava poucas possibilidades a que outros parentes pudessem partilhar a actividade produtiva desenvolvida no lar, tal como não se fazia sentir a necessidade da presença ou da concentração de domésticos como mesmo grau de intensidade que era possível observar nos fogos dos lavradores.

existe a prática do serviço doméstico durante a juventude, fornecendo os contingentes de criados e criadas? Porque o preço da mão-de-obra contratada é de tal forma alto que está para além das possibilidades destes lavradores? Não o sabemos. No entanto, a inexistência ou a reduzida importância do trabalho doméstico de criados (e, complementarmente, de escravos) implicava que a integração de parentes fosse a única forma de fornecer mais trabalhadores residentes, para além da mulher e filhos.

Realce-se uma vez mais: é a presença de domésticos que diferencia os fogos de lavradores dos de jornaleiros, mais do que a complexidade das relações familiares no seu interior.

É também a presença de domésticos que surge como aspecto fundamental a ditar a dimensão dos grupos domésticos, relegando a presença de parentes exteriores ao núcleo conjugal e filhos solteiros para uma posição secundária.

Gráfico 1: Dimensão dos fogos - modelo causal



FIL: Número de filhos
PAR: Número de parentes

DOM: Número de domésticos
DIM: Dimensão do fogo

A figura 1 sintetiza a importância que o número de filhos, de familiares (para além do casal e filhos solteiros) ou de domésticos teria na variação do grupo de co-residentes. Os valores apresentados são os coeficientes parciais de regressão estandardizados, que pretendem medir o efeito directo -e padronizado- de cada variável independente (número de filhos, parentes e domésticos) na variação dos co-residentes²³.

²³ Indicam a intensidade da variação produzida na variável dependente como resultado da variação de uma unidade na variável independente considerada, mantendo constantes os efeitos das restantes variáveis independentes. Em estudo sobre a intensidade do recasamento no século XIX, procedi à explicação do modelo de análise causal aqui apresentado e à sua aplicação. Para uma síntese da bibliografia sobre esta técnica estatística e sobre o seu alcance para a análise histórica, veja-se Silva, 1988.

É nítido o apagamento da importância do número de parentes como variável significativa para explicar a variação no tamanho dos grupos domésticos. Em contrapartida, o número de domésticos ou de filhos têm uma posição de maior relevo: são estes dois componentes do grupo doméstico que alcançam os valores mais elevados, com um ligeiro predomínio dos domésticos²⁴. Daí que a dimensão do grupo doméstico possa ser sobretudo entendida como um índice de predomínio social (Burguière, 1986: 35). Predomínio social que se repercute nas duas variáveis fundamentais: o número de criados ou de escravos está indubitavelmente relacionado com a riqueza e estatuto social da família, com a justaposição entre grupo doméstico e grupo de trabalho; por sua vez, são as famílias em que a pressão do consumo sobre o rendimento é menor, que mantêm por mais tempo os filhos no seu interior. O contributo do número de parentes é neste caso muito reduzido. Embora possam surgir com mais frequência nos fogos de proprietários, de lavradores ou dos que se dedicam às ocupações especializadas do terciário, do que nos de trabalhadores ou de artífices, nunca ganham uma importância tal que interfiram significativamente na variação da dimensão do fogo. De igual modo, nunca rivalizam com os filhos ou com os criados como mão-de-obra doméstica.

A subalternização da complexidade das relações familiares como elemento distintivo da composição dos grupos domésticos de lavradores e jornaleiros, coloca num lugar de destaque a presença ou ausência de criados e escravos. Neste traço de diferença entre os agregados domésticos dos dois grupos ocupacionais pode-se vislumbrar a existência de dois modelos de economia doméstica, agindo sobre a composição da unidade de residência. Mas a operacionalidade taxonómica daqueles modelos ficaria provavelmente por aqui: o modelo da economia doméstica com base no salário teria dificuldade em explicar o pequeno número dos filhos residentes nos grupos domésticos de trabalhadores ou de artífices. A inexistência de um limite ao número de filhos co-residentes que podiam permanecer em casa assentava no pressuposto de que o seu maior número se transformaria num elemento benéfico para a própria economia familiar, pelo seu potencial papel como drenadores de rendimento logo que integrassem o mercado de trabalho. Tal conclusão parece condenada pelos resultados da composição dos agregados familiares dos trabalhadores. A suposição de que partia pode revelar-se errada -a de que as oportunidades de emprego para os jovens estariam à porta de casa.

24 A realização de regressões múltiplas para as ocupações principais levaria à existência de pesos relativos diferentes do número de filhos ou do número de domésticos.

Mas mesmo o balanço da adequação do modelo de «family economy» (fortemente influenciado pelo modelo de «economia camponesa» de Chayanov) aos grupos domésticos dos lavradores é negativo a vários níveis. Não se comprovou a importância do trabalho familiar. Pelo contrário, a análise levada a cabo sobre a composição dos grupos de trabalho dos lavradores destaca que o trabalho doméstico a cargo de criados e, em menor grau, de escravos, constitui a força de trabalho fundamental²⁵. A contratação de um criado é sempre uma virtualidade. Foi iludida a convicção de uma correlação negativa entre membros familiares e trabalhadores residentes contratados. As variações são aleatórias, estando o número de criados dependente primordialmente da dimensão da exploração. Mas, mesmo neste caso, a existência do recurso ao trabalho à jorna afasta qualquer variação sincrónica entre a dimensão dos recursos agrários cultivados pelo lavrador e a mão-de-obra residente. A existir um ténue vestígio da operacionalidade do modelo, seria através de mecanismos completamente estranhos às propostas de Chayanov. Recorde-se que para ele o funcionamento do grupo doméstico e a sua articulação com a exploração agrícola baseava-se no equilíbrio de necessidades e recursos internamente gerados. Do lado das necessidades, estavam as exigências de consumo familiar, enquanto que os recursos eram determinados pela composição e dimensão da mão-de-obra familiar, face a disponibilidades de terra que se lhe ajustariam. Ora, face a um modelo em que o factor dinâmico residia na microdemografia da família, o que a análise efectuada demonstrou foi o papel desempenhado pelo dinamismo do trabalho doméstico dos jovens na adaptação entre necessidades e recursos. Pela saída de filhos das casas dos lavradores com uma menor dimensão da exploração, absorvendo os défices entre o consumo familiar e o rendimento das terras que cultivava; através da contratação de trabalhadores domésticos exteriores à família, como meio de superar as lacunas em força de trabalho familiar²⁶.

5. Dinâmicas de transformação da morfologia dos grupos domésticos

Mais filhos co-residentes entre os lavradores, o papel fundamental dos criados para o alargamento da dimensão do grupo co-residente, uma maior frequência de parentes, também revelada na maior complexidade da estrutura familiar -a isto se resumem as diferenças entre os grupos domésti-

25 Para o que se segue, cf. Silva (no prelo: "5.2.: Trabalho familiar e trabalho doméstico nos fogos de lavradores").

26 Análise semelhante em A. Kussmaul (1981: 27) e R. Smith (1984: 22-23).

cos dos lavradores e os dos trabalhadores-. Serão reveladoras de diferentes formas de organização do grupo doméstico, influenciando a formação e o processo de desenvolvimento das famílias? Até aqui nada do que foi encontrado permite responder cabalmente a esta questão. As diferenças detectadas na composição e dimensão dos grupos domésticos pouco nos dizem sobre as características processuais das famílias.

Três temas vão presidir à análise dos processos de desenvolvimento dos agregados domésticos. Em primeiro lugar, a dimensão do grupo de co-residentes. Desde a formação do núcleo conjugal até ao desaparecimento do último dos seus membros, procura-se seguir a amplitude alcançada sucessivamente pelo grupo doméstico, no sentido de apreender diferenças entre lavradores e trabalhadores. Os filhos e os domésticos tinham sido apresentados como os componentes mais importantes a ditar as variações no tamanho dos fogos. Assim, proceder-se-à a uma análise da forma como ambos se manifestam na evolução da dimensão do fogo. A duração da permanência dos filhos no lar, será um aspecto igualmente tratado²⁷.

Num segundo momento, será a evolução da estrutura das relações de parentesco que merecerá um olhar atento. Ao longo da trajectória percorrida por uma unidade conjugal desde a sua formação, procurar-se-à conhecer a importância assumida pelos parentes exteriores à família nuclear.

Por último, a observação dum momento crítico do processo de desenvolvimento dos grupos domésticos: a sucessão na chefia do fogo. Em análise que neste texto não retomo, realcei o carácter estruturante da neolocalidade nos padrões de co-residência da esmagadora maioria dos novos casais. Aqui evidencio as principais características dos grupos domésticos que fogem a esta regra.

5.1 Trajectórias familiares: variações na dimensão do agregado doméstico

Os modelos de ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico advogam, implícita ou explicitamente, a existência de fases distintas quanto à dimensão do grupo de familiares presentes. A proposta de Meyer Fortes (1958) é aquela em que a variável dimensão surge melhor articulada com as próprias fases que caracterizam o processo de desenvolvimento dos grupos domésticos. Representado graficamente assumiria a forma cíclica, com um ponto inicial de reduzida dimensão, um aumento desta, coincidente com a fase da expansão, até atingir o zénite; a descida gradual du-

²⁷ A duração da permanência dos domésticos no fogo do seu empregador foi deixada de parte nesta comunicação, dado ser um atributo apenas peculiar dos lavradores.

rante o período da dispersão, até que, com a substituição geracional, se daria origem a uma repetição de todo o processo.

Os gráficos 2 e 3 apresentam a evolução média da dimensão dos fogos de trabalhadores e lavradores por períodos consecutivos de cinco anos de formação da unidade conjugal. No caso dos lavradores separou-se o número médio de domésticos dos indivíduos que estavam unidos por laços de parentesco.

Gráfico 2: Dimensão do fogo. Trabalhadores

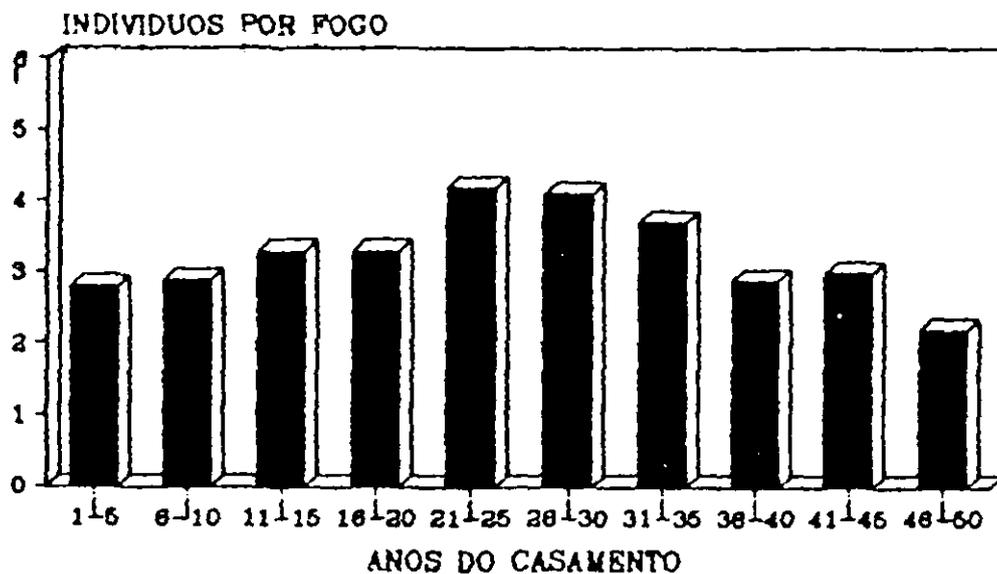
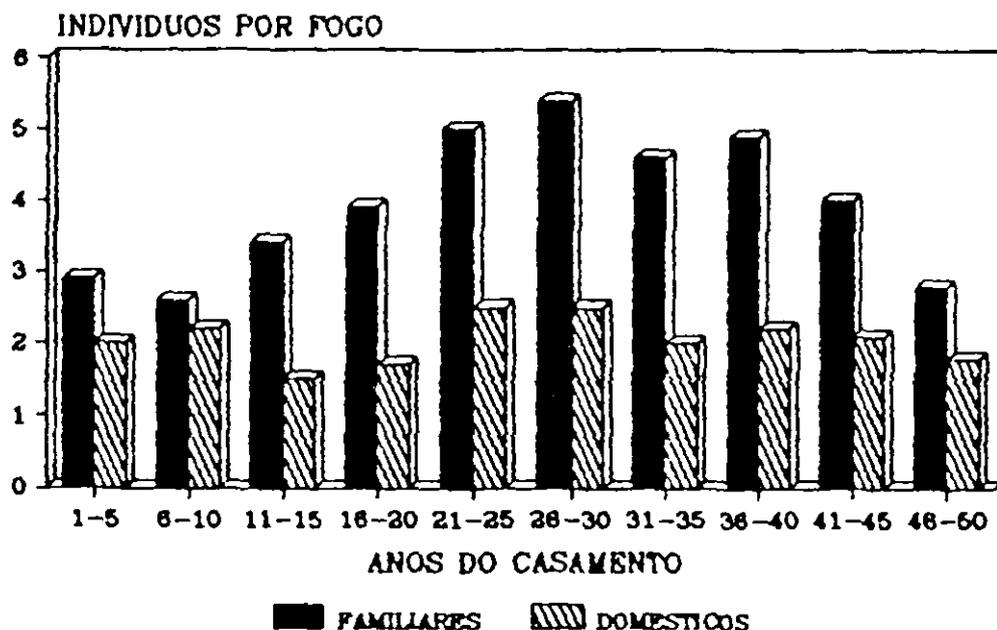


Gráfico 3: Dimensão do fogo. Lavradores



A evolução da dimensão média dos grupos domésticos de lavradores apresenta de forma mais vincada a existência de uma fase de crescimento do número de familiares por fogo, que se inverte a meio da vida conjugal de um casal. Nos trabalhadores observa-se também um período de zénite na evolução do grupo doméstico ao longo do tempo de duração de uma unidade conjugal, mas não é tão expressivo quanto o dos lavradores. Até aos vinte anos de casamento o número médio de indivíduos nos fogos de trabalhadores -embora sempre crescente- oscila em torno das três pessoas, para alcançar um nível próximo das quatro entre o 21º e o 35º anos de casamento. Este será o período em que se atinge o nível máximo de indivíduos por fogo, quando o casamento está no seu quinto quinquénio de vida, após um período de expansão que durou cerca de 20 anos.

Porém, este período de expansão nunca se processa com um ritmo suficientemente forte para ultrapassar variação média de uma unidade ao longo de todos estes anos. Observe-se a situação diferenciada da evolução do tamanho dos grupos domésticos dos lavradores, no que diz respeito aos seus membros que estão relacionados por laços de parentesco. O momento em que a dimensão do fogo atinge o seu ponto mais alto coincide praticamente com o que se observa nos trabalhadores -entre o 26º e o 30º anos de vida do núcleo conjugal-. Mas o ritmo a que essa progressão se processa é distinto. Em primeiro lugar, é mais vincado o aumento do número médio de indivíduos por fogo após o segundo quinquénio do casamento, em lugar de uma estabilização em torno dos três indivíduos por fogo durante 20 anos, como é visível para os trabalhadores. Em segundo lugar, o acréscimo é mais vigoroso no caso dos lavradores. Por último, a extensão temporal do período de "fogo cheio" (número médio de residentes igual ou superior a quatro) cifra-se nos lavradores no dobro do que acontece nos trabalhadores²⁸. Mesmo se contabilizarmos apenas os quinquénios em que os fogos de lavradores têm uma dimensão próxima de 5 familiares co-residentes, aqueles são em maior número do que os três quinquénios em que os fogos de trabalhadores atingem um tamanho de 4 indivíduos por agregado familiar.

Uma análise de alguns dos fogos de trabalhadores e de lavradores poderá esclarecer estes diferentes ritmos de expansão e contracção dos grupos domésticos destas duas categorias ocupacionais²⁹. Os quadros 4 e 5 mostram a composição ao longo do tempo dos fogos de, respectivamente,

28 Entre os lavradores a dimensão média mantém-se a um nível elevado entre os 16 e os 45 anos de casamento, ao passo que nos trabalhadores o período se estende entre o 21º e o 35º anos de vida conjugal.

29 Escolhi apenas um exemplo relativo a cada grupo socio-profissional. Para uma análise mais detalhada, cf. Silva (no prelo: 6.2.).

um trabalhador e um lavrador, no que diz respeito aos indivíduos ligados por laços de parentesco³⁰.

Tomemos o agregado familiar resultante do casamento de Manuel da Silva, trabalhador, e Maria Joaquina. Casam em 1760 e vivem em Laveiras ao longo dos anos em que a sua presença foi assinalada nos róis de confessados³¹. Entre 1762 e 1767, de forma descontínua, está presente a sogra do chefe de família, acompanhando os recém-casados e o nascimento das suas duas primeiras filhas³². A partir desta última data não surge nenhum outro parente estranho ao núcleo conjugal. Isto é, nos fogos sem criados, as variações na dimensão do fogo são fundamentalmente o resultado do processo de nascimento, criação e saída dos filhos e não da adição de quaisquer outros parentes. Outra coisa não seria de esperar após a constatação da reduzida importância dos parentes co-residentes exteriores à família nuclear e do seu peso residual como determinantes da dimensão dos fogos.

O nascimento dos filhos, a fase da sua criação e por fim a sua saída do lar, retomando o fogo a dimensão do casal, agora na fase terminal da sua vida, são justamente as fases usualmente associadas aos processos de expansão e contracção dos grupos domésticos, naquilo que é designado o «ciclo de vida da família moderna». A inexistência ou a reduzida importância dos parentes co-residentes, para além do casal e seus filhos, não deve, porém, fazer esquecer as significativas diferenças que podem ser observadas na evolução dos grupos domésticos dos trabalhadores. No grupo doméstico de Manuel da Silva e Maria Joaquina apenas em 1784, ano da morte do cônjuge masculino, encontramos todos os filhos vivos do casal vivendo no mesmo espaço. Desde idades mais ou menos tenras, os filhos vão saindo do grupo doméstico, regressam temporariamente, como acon-

30 Os artigos de Mitterauer e Sieder já citados são a base desta organização da informação. No eixo horizontal estão representados todos os parentes que alguma vez partilharam a residência, durante a vida da unidade conjugal. No eixo vertical especificam-se os anos de observação do fogo durante a duração da unidade conjugal, assinalando-se para cada ano os familiares presentes. Esta indicação é feita de duas formas: quando se dispõe das idades, resultantes da reconstituição de famílias, inscreve-se a idade que o indivíduo tinha nesse ano, assinalando assim a sua presença no fogo; quando não existe esta informação, um "X" toma a vez da idade. Por outro lado, considerou-se que nos anos anteriores à idade de confissão (logo, ao início do registo dum indivíduo no rol de confessados) qualquer filho menor residia em casa dos pais. De qualquer modo, um asterisco assinala o ano e a idade a partir da qual a criança surge pela primeira vez registada no rol de confessados.

31 Os hiatos encontrados nestes quadros referem-se aos anos em que não existem róis de confessados. Ocasionalmente, um grupo doméstico pode não ser registado num determinado ano e surgir no ano consecutivo, sem que se descortine qualquer razão para esta lacuna.

32 Assinale-se que a média dos familiares nos fogos de trabalhadores (gráfico 6.1), logo após o casamento, está bem próxima de três pessoas por agregado doméstico, em lugar do par resultante do laço conjugal, que se deveria manter até que o primeiro filho fosse visível nos róis de confessados. Tal pode dever-se à esta presença de parentes nos primeiros anos após o casamento. Esperemos mais algumas páginas, até à análise da evolução da estrutura das relações de parentesco, para este aspecto poder ser elucidado com mais clareza.

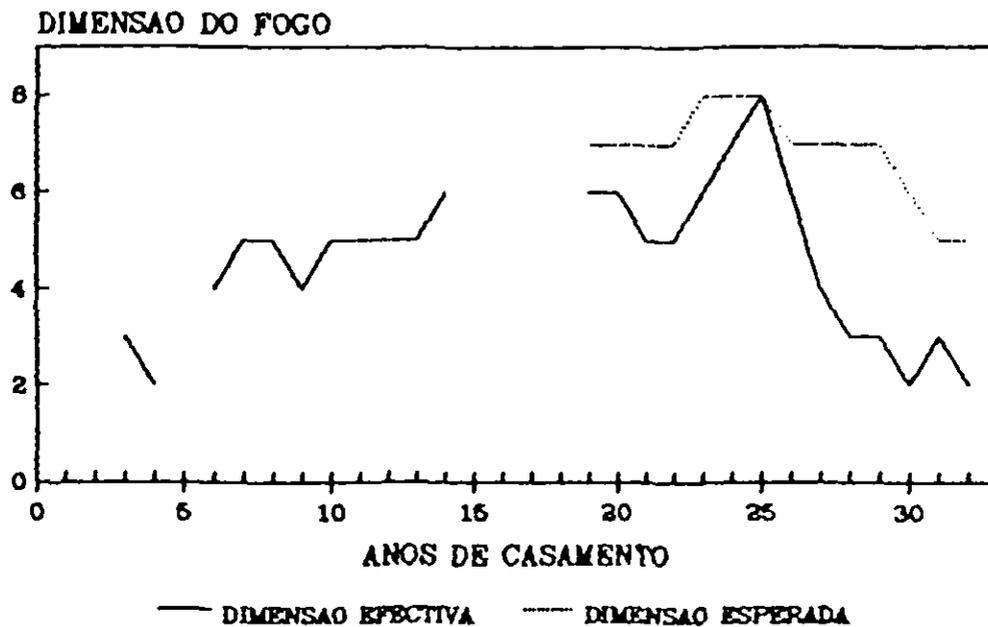
teceu no ano em que se regista o falecimento do chefe de família, provavelmente após doença prolongada que exige o retorno das duas filhas que antes tinham abandonado o lar³³. Servir como moças ou moços, aprender um ofício como aprendiz, seriam sem dúvida os motivos mais frequentes que podiam ser dados para explicar esta saída do lar, num período prévio ao casamento. A presença sincopada no fogo é um traço característico de alguns destes jovens. Outros filhos há que permanecem em casa até ao casamento (como no caso da filha mais velha, Bárbara Teresa, que reside ininterruptamente com os pais, até ao momento em que casa com Vicente João em 1789), mas a saída antes do matrimónio fazia parte do comportamento dos jovens descendentes das famílias dos trabalhadores, mesmo quando não tinha um carácter definitivo.

Quadro 4: Evolução do fogo 399. Trabalhador

| Anos | Chefe de família | Mulher | Filha | Filha | Filha | Filha | Filha | Filho | Sogra |
|-------|------------------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| (...) | | | | | | | | | |
| 1762 | X | X | | | | | | | X |
| 1763 | X | X | | | | | | | |
| 1764 | | | | | | | | | |
| 1765 | X | X | 1 | | | | | | X |
| 1766 | X | X | 2 | 1 | | | | | X |
| 1767 | X | X | 3 | 2 | | | | | X |
| 1768 | X | X | 4 | 3 | | | | | |
| 1769 | X | X | 5 | 4 | 1 | | | | |
| 1770 | X | X | 6 | 5 | 2 | | | | |
| 1771 | X | X | 7 | 6 | 3 | | | | |
| 1772 | X | X | 8 * | 7 | 4 | | | | |
| 1773 | X | X | 9 | 8 | 5 | 1 | | | |
| (...) | | | | | | | | | |
| 1778 | X | X | 14 | | 10 * | 6 | 1 | | |
| 1779 | X | X | 15 | | 11 | 7 | 2 | | |
| 1780 | X | X | 16 | | | 8 | 3 | | |
| 1781 | X | X | 17 | | | 9 | 4 | | |
| 1782 | X | X | 18 | | | 10 * | 5 | 1 | |
| 1783 | X | X | 19 | 18 * | | 11 | 6 | 2 | |
| 1784 | X | X | 20 | 19 | 16 | 12 | 7 | 3 | |
| 1785 | + | CF | 21 | | | 13 | 8 | 4 | |
| 1786 | | X | 22 | | | | 9 * | 5 | |
| 1787 | | X | 23 | | | | 10 | 6 | |
| 1788 | | X | 24 | | | | | 7 | |
| 1789 | | X | | | | | | 8 * | |
| 1790 | | X | | | | | 13 | 9 | |
| 1791 | | X | | | | | | 10 | |

33 Existiriam motivos mais imprescritíveis para o retorno temporário à casa paterna, como o testemunha o regresso da filha Maria das Neves em 1790, quando tinha 13 anos. Dificuldades temporárias de trabalho? Noutros casos o regresso para um casamento na freguesia onde residiam os pais?

Gráfico 4: Evolução do fogo 399. Trabalhador



É este abandono precoce do lar paterno por parte de alguns dos jovens que proporciona o declive pouco pronunciado da curva que traça o tamanho da família. O próprio zénite da dimensão do fogo, alcançado na 5ª década, é significativamente baixo quando comparado com os fogos dos lavradores.

Duas consequências podem ser retiradas desta análise. Em primeiro lugar, o casamento do primeiro filho não dá origem ao início do processo de «esvaziamento» do fogo, no começo da fase da dispersão, retomando a terminologia de Meyer Fortes. A entrada dos filhos no mercado laboral, indo servir como moços ou aprendizes, constitui uma etapa prévia para muitos dos jovens, filhos de trabalhadores, iniciando o período de dispersão³⁴. Em segundo lugar, o aumento gradual da dimensão dos grupos domésticos de trabalhadores, não proporciona uma fase de expansão que correspondesse ao máximo possível, com os níveis de fecundidade por casal existentes, mesmo com as arremetidas da igualmente forte mortalidade infantil.

Os gráfico 4 pretende esboçar o que seria a dimensão máxima possível do fogo do trabalhador atrás referido, comparando-a com a sua efectiva dimensão³⁵. As diferenças entre a dimensão esperada ou possível e a di-

34 Em boa verdade, devido ao carácter intermitente da saída dos filhos do lar, com vários períodos de retorno antes do casamento, a utilização do termo «dispersão» destaca precisamente as dificuldades de aplicar os conceitos desenvolvidos pela sociologia da família.

35 Considerou-se como dimensão efectiva o número de coresidentes prováveis, isto é, mesmo os filhos menores de confissão, pressupondo que não estariam fora do lar paterno nos primeiros 10 anos de vida. Por outro lado, o cálculo da máxima dimensão possível, tomou como ponto de partida que nenhum filho abandonaria a casa dos pais a não ser para casar.

mensão efectiva são consideráveis, fazendo-se sentir principalmente a partir do 15º ano de duração do casamento, precisamente a altura em que os filhos mais velhos alcançariam a idade que lhes permitiria ingressar como criados ou aprendizes numa outra família. Os modelos de economia doméstica testados por Richard Smith justapõem-se a esta propensão para a separação entre as duas linhas a partir dos 15 anos de casados³⁶. O défice acumulado da economia familiar iniciar-se-ia a partir do 12º ano do casamento e tenderia a agravar-se nos anos seguintes. Ora, uma forma de reduzir o impacto do défice entre rendimento e consumo, simultaneamente na sua extensão temporal na biografia familiar e nos valores negativos que poderia alcançar, seria através da «exportação» de filhos para fora do lar, e fazendo-o o mais pre-cocemente possível. No interior do grupo doméstico não existiam os meios de empregar esses braços, assim que pudessem iniciar uma vida activa como trabalhadores. A saída dos filhos representava, portanto, um meio de adaptar a dimensão do grupo doméstico às suas possibilidades de angariar rendimentos, mantendo-se como grupo co-residente. A curva pouco pronunciada da subida da dimensão dos fogos de trabalhadores é a tradução deste comportamento.

Nos fogos de lavradores é maior a semelhança com a imagem tradicional dum rápido crescimento do número de familiares por fogo e dum saída dos filhos tendencialmente coincidente com o casamento. O quadro 5 retrata a evolução do grupo doméstico de um lavrador, Vicente Antunes, que em 1750 tinha casado com Teodora Leonarda. Ambos naturais da freguesia e relacionados por laços de parentesco com outros fogos de lavradores, residem em Terrugem ao longo de toda a sua vida. Entre 1751 e 1767 o casal vai ter oito filhos, dos quais seis sobrevivem até à idade de confissão. Exceptuando José Antunes, o quarto filho, todos os outros permanecem em casa dos pais até ao momento do casamento ou até atingirem uma idade superior a 20 anos. Singularmente, esta excepção relaciona-se com um filho que mais tarde vai exercer o ofício de carpinteiro: a sua ausência de 1774-77 a 1779 seria o resultado da aprendizagem do ofício? É uma hipótese que parece plausível.

A evolução da dimensão efectiva e da dimensão esperada ou possível deste fogo de um lavrador (gráfico 5) é o resultado de um ritmo de saída dos filhos coincidente com o seu casamento, ao contrário do que tinha sido registado nos fogos dos trabalhadores. A distinção no processo de desenvolvimento dos dois grupos domésticos reside, pois, não na dife-

36 R. Smith (1984: 68-72, nomeadamente o quadro 1.9 na p. 70; e 1986: 197-199, principalmente os gráficos 1 e 2, nas pp. 198 e 199).

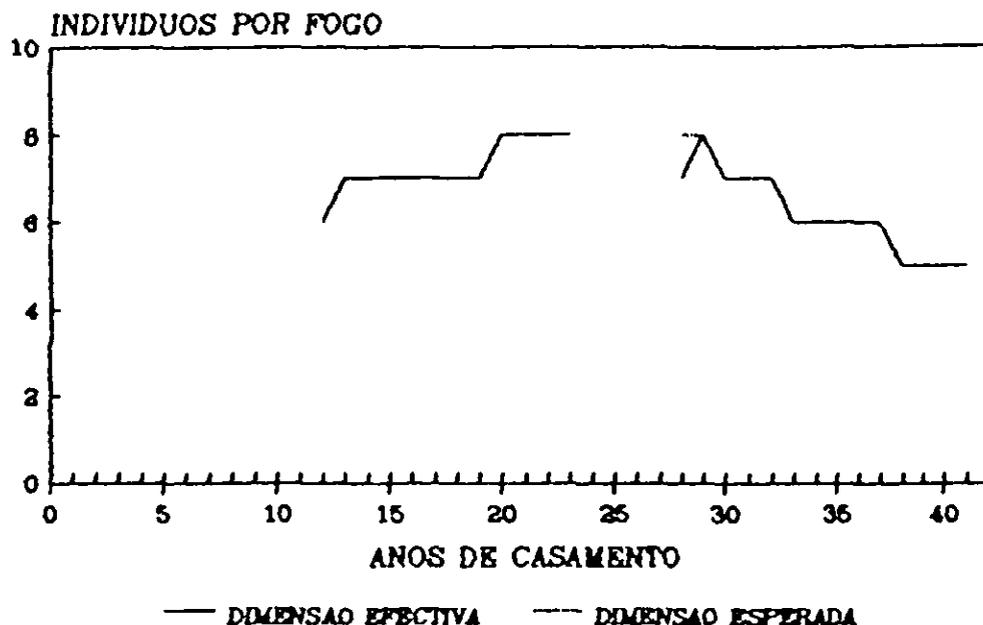
rente fecundidade individual dos casais, mas principalmente na distinta capacidade centrípeta da casa dos pais sobre o grupo dos descendentes.

A coincidência entre a dimensão esperada (ou possível) e a dimensão efectiva é praticamente total. A comparação com o gráfico 4, salienta o impacto de distintas formas de economia doméstica na dimensão e na sua variação durante a biografia da família. Nas famílias de jornaleiros é imperioso a saída de filhos do lar, no momento inicial da sua juventude. Nos lavradores a permanência dos filhos na casa paterna adequa-se mais aos padrões de desenvolvimento do ciclo de vida usualmente apresentados: uma fase de expansão que culmina no ponto mais alto da dimensão do fogo com o nascimento do último filho e que inicia a sua curva descendente quando se processa o primeiro casamento, seguindo-se o «esvaziamento» da unidade de residência.

Quadro 5: Evolução do fogo 470. Lavrador

| Anos | Chefe de família | Mulher | Filho | Filho | Filha | Filho | Filha | Filha |
|-------|------------------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| (...) | | | | | | | | |
| 1762 | X | X | 11 * | 10 * | 4 | 2 | | |
| 1763 | X | X | 12 | 11 | 5 | 3 | 1 | |
| 1764 | X | X | 13 | 12 | 6 | 4 | 2 | |
| 1765 | X | X | 14 | 13 | 7 | 5 | 3 | |
| 1766 | X | X | 15 | 14 | 8 | 6 | 4 | |
| 1767 | X | X | 16 | 15 | 9 | 7 | 5 | |
| 1768 | X | X | 17 | 16 | 10 | 8 | 6 | |
| 1769 | X | X | 18 | 17 | 11 * | 9 * | 7 | |
| 1770 | X | X | 19 | 18 | 12 | 10 | 8 | 1 |
| 1771 | X | X | 20 | 19 | 13 | 11 | 9 * | 2 |
| 1772 | X | X | 21 | 20 | 14 | 12 | 10 | 3 |
| 1773 | X | X | 22 | 21 | 15 | 13 | 11 | 4 |
| (...) | | | | | | | | |
| 1778 | X | X | 27 | 26 | 20 | | 16 | 9 * |
| 1779 | X | X | 28 | 27 | 21 | 19 | 17 | 10 |
| 1780 | X | X | 29 | 28 | | 20 | 18 | 11 |
| 1781 | X | X | 30 | 29 | | 21 | 19 | 12 |
| 1782 | X | X | 31 | 30 | | 22 | 20 | 13 |
| 1783 | X | X | | 31 | | 23 | 21 | 14 |
| 1784 | X | X | | 32 | | 24 | 22 | 15 |
| 1785 | X | X | | 33 | | 25 | 23 | 16 |
| 1786 | X | X | | 34 | | 26 | 24 | 17 |
| 1787 | X | X | | 35 | | 27 | 25 | 18 |
| 1788 | X | X | | 36 | | | 26 | 19 |
| 1789 | X | X | | 37 | | | 27 | 20 |
| 1790 | X | X | | 38 | | | 28 | 21 |
| 1791 | X | X | | 39 | | | 29 | 22 |

Gráfico 5: Evolução do fogo 470. Lavrador



Num aspecto o processo de evolução dos grupos domésticos de lavradores e trabalhadores é semelhante: a inexistência do nascimento dos filhos concentrado num curto período de tempo. Os fogos de trabalhadores e lavradores caracterizam-se por um longo período de sucessivas maternidades. Nem todas as famílias evidenciam este comportamento. Mas aí são os acasos da morte prematura de um dos cônjuges ou da esterilidade que ditam a sua lei. Como regra tendencial, as maternidades acompanham todo o período fértil da mulher.

Do ponto de vista da evolução dos fogos esta semelhança entre trabalhadores e lavradores não deixa de trazer outros pontos de coincidência. Não estando o nascimento dos filhos confinado a um curto período na vida conjugal do casal, não existe igualmente uma separação completa entre uma fase de nascimento dos filhos e uma outra em que se processaria a sua criação e crescimento *no interior da família*, até que a dispersão se concretizasse. Em contrapartida, a imagem dos agregados familiares em que a morte não interrompia a carreira procriativa do casal é a duma sucessiva "entrada" de crianças, a que se junta uma não menos importante "saída": ditada pelos omnipresentes acasos da morte (do período natal à juventude), pelo trabalho ou pelo casamento. As relações familiares e os papéis sociais no interior do grupo doméstico não ficam imunes a esta influência. Sucessivas "entradas"³⁷ "saídas" significam uma inerente modi-

37 A que se poderiam igualmente associar as reentradas, quando se trata de filhos que saíram para ir trabalhar como domésticos, que voltam para ficar um ou outro ano e tornam a sair.

ficação no lugar ocupado por cada filho no interior do fogo. Mitterauer e Sieder chamaram a atenção para a importância deste aspecto como gerador da inexistência de focos constantes de afecto³⁸. Conclusão importante a que se deve agregar uma outra: a da existência de uma multiplicidade de referenciais de afecto e de obrigação de auxílio. Em situações de necessidade estes laços podiam ser activados com muita facilidade, particularmente aqueles que ligavam irmãos entre si. A diferença de idades que podia existir entre irmãos, tornava possível a junção do papel de irmão ao de pai³⁹.

Podendo existir um tão grande intervalo entre o nascimento do primeiro e do último filho, tornava-se impossível a existência de um período de residência do casal sem filhos no final da sua vida. Com maior probabilidade morreria um dos cônjuges, antes do último filho ter sequer podido alcançar a juventude.

5.2 Trajectórias familiares: idade de saída de casa dos pais

É possível ter uma imagem mais nítida da idade em que se processava a saída de casa dos pais (gráficos 6 e 7). Simultaneamente, ganha-se uma percepção agregada do comportamento de saída do lar por parte dos filhos de lavradores e de trabalhadores e enquadra-se os exemplos antes apresentados. É uma forma de adicionar as informações agregadas, passíveis de quantificação, à observação da trajectória desta ou daquela família⁴⁰.

A saída do lar não estava confinada ao casamento. Podemos considerar a idade de 19 anos como um limiar mínimo de entrada no matrimónio para os jovens desta época, tendo em conta que nenhum filho de lavrador ou de trabalhador casou com menos de 20 anos, enquanto que das filhas apenas duas o fizeram, uma com 17 e outra com 18 anos⁴¹. Ora, os grupos de idade até aos 19 anos congregam 44% de todos os jovens, com particular realce para os do sexo masculino, em que quase metade saía antes de completar 19 anos.

38 Mitterauer e Sieder (1983: 335); cf. também (1979: 266). No «ciclo de vida moderno» as relações familiares processam-se com uma maior estabilidade.

39 É este aspecto que explica a inusitada frequência do surgimento dos irmãos como relação de parentesco mais citada nos vários anos de róis de confessados.

40 Utilizou-se a idade em que ocorria a primeira saída de casa dos pais. Não se fez qualquer distinção entre os filhos que saíram devido ao casamento e os que deixaram o lar por outro motivo. Este procedimento foi imposto pela existência de lacunas na identificação dos casamentos que não se realizavam na freguesia. Esta falha é menos importante nas mulheres, mas muito relevante para os filhos do sexo masculino, principalmente dos trabalhadores. O trabalho de R. Wall (1978) representa uma referência fundamental. Veja-se igualmente o seu retorno mais recente a este tema em Wall (1987).

41 As idades médias ao casamento para os filhos de trabalhadores eram de 22,4 e 21,6, respectivamente para homens e mulheres. As dos filhos dos lavradores eram significativamente mais elevadas: 28,5 para os filhos e 24,6 para as filhas.

Gráfico 6: Idade de saída de casa. Sexo masculino

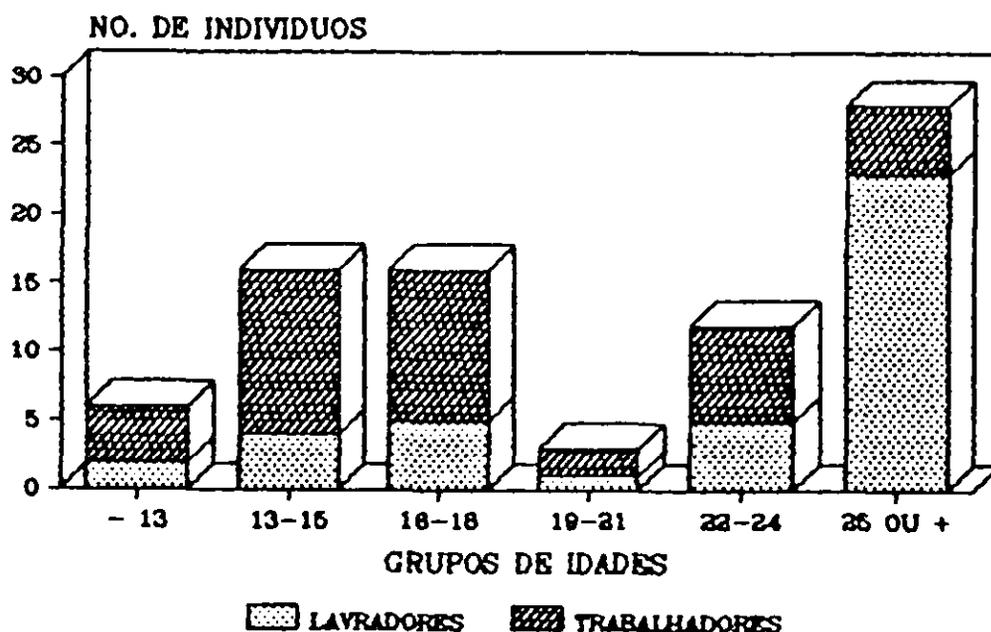
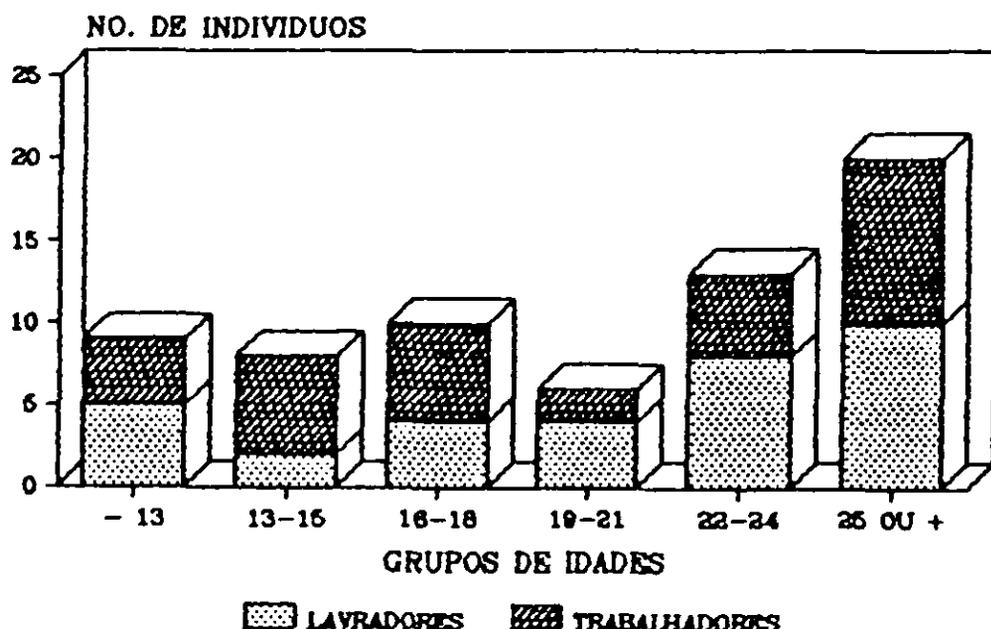


Gráfico 7: Idade de saída de casa. Sexo feminino



São significativamente menos os filhos dos lavradores que saem antes dos 19 anos: 28% contra 66% entre os trabalhadores. Nas filhas dos lavradores já não é tão vincada a supremacia manifestada pelo grupo de idade acima dos 25 anos. Existe uma saída mais precoce das filhas dos lavradores. A necessidade de retenção de mão-de-obra de jovens do sexo masculino seria uma das razões explicativas desta diferença, a que se poderia adicionar a existência de um maior intervalo entre as idades médias ao casamen-

to de filhos e filhas. As relações de masculinidade sucessivamente superiores a 1 entre o grupo de filhos de lavradores que continuam a viver na casa paterna são reveladoras da acção desta saída diferencial entre os sexos.

Não existe uma idade em que se concentre o abandono do lar paterno por parte dos filhos⁴². Mesmo no caso dos trabalhadores, o êxodo é gradual. No entanto, podem ser evidenciadas duas regras quanto idade de saída dos filhos no período prévio ao casamento: por um lado, eram raras as saídas em idades inferiores a 13 anos; por outro lado, aos 18 anos parecia terminar uma fase de intensa saída por parte dos filhos dos trabalhadores.

Em síntese, a percentagem dos filhos permanecendo em casa entre a idade de comunhão e os 20 anos é um bom indicador da capacidade económica da família. É um reflexo das oportunidades económicas existentes junto da família de procriação e de distintas formas de economia doméstica, como já tive oportunidade de sublinhar. Uma saída precoce de casa dos pais, bem como o carácter reversível desta decisão, não deixam de ter consequências importantes para o processo de desenvolvimento dos grupos domésticos, para além daquilo que se manifesta na sua dimensão ao longo dos anos. Realçam duplamente as repercussões sociais e económicas do casamento neolocal. Primeiro, porque a mobilidade originada pelo abandono do lar paterno num momento anterior ao casamento dá origem a espaços de interconhecimento muito mais amplos, a potenciais mercados matrimoniais mais vastos. Segundo, porque a família de procriação nos fogos de trabalhadores e em grande número dos artífices, nada tinha a ver com qualquer função de empregadora da mão-de-obra familiar, devido ao desprendimento que manifestava face aos meios de produção. O bem-estar do indivíduo deixava de estar vinculado à co-residência com os pais e à dependência da herança, condições importantes para que formas de família troncal tivessem pouco ou nenhum significado.

5.3 Trajectórias familiares: os parentes co-residentes

Ao longo do período de sobrevivência de uma unidade conjugal, a entrada e saída de filhos, o maior ou menor número de criados não são os únicos aspectos a modificar a dimensão e a composição do grupo doméstico. Os parentes exteriores ao núcleo conjugal e seus filhos podem igualmente ter um contributo nesse sentido. Contributo globalmente limitado, dada a diminuta relevância das relações de parentesco presentes no interior do grupo doméstico, que rompam o círculo da família nuclear, como foi já constatado. No entanto, a concentração da presença desses parentes em cer-

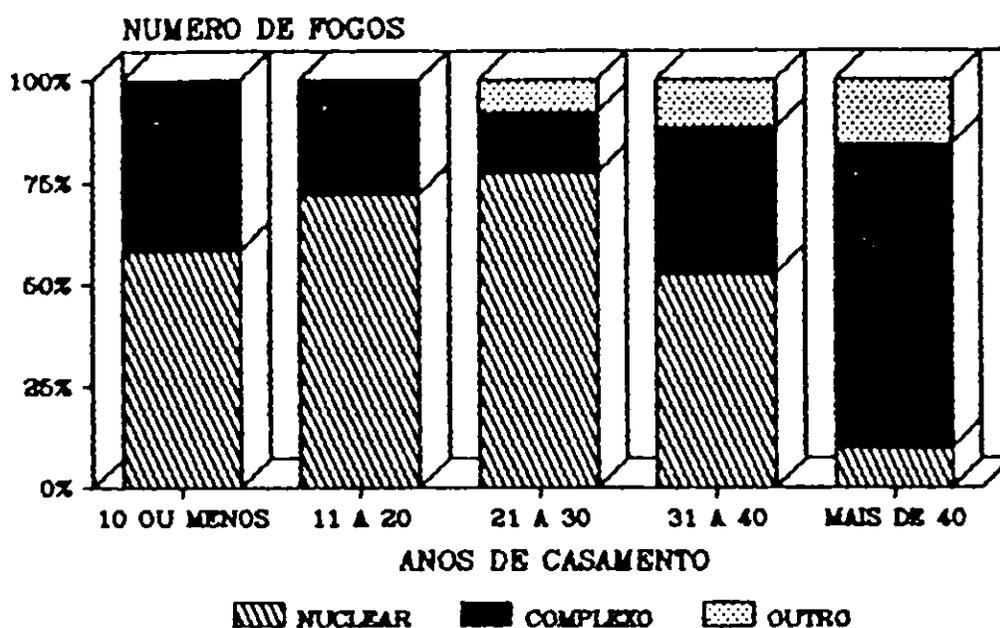
⁴² Conclusão semelhante é apresentada por R. Wall para os jovens ingleses (1978: 189-194).

tos momentos da vida de uma família, pode fornecer-lhes uma outra importância, não perceptível quando a análise das relações de parentesco no grupo doméstico se desenvolve com base numa única lista de habitantes.

Aproveite-se os tipos de estrutura familiar que classificam as relações de parentesco dos que habitam a mesma unidade de residência para quantificar a composição familiar do grupo doméstico ao longo da história de uma unidade conjugal. Assim, pode-se observar o diferente peso ao longo do tempo das formas familiares complexas, resultantes do alargamento a parentes que não fossem a mulher e filhos do chefe de família⁴³.

O gráfico 8 representa a proporção assumida pelas diferentes categorias de estrutura familiar ao longo dos momentos em que se dividiu a história conjugal dos casais de lavradores.

Gráfico 8: Tipo familiar e trajetória do grupo doméstico. Lavradores



Durante os primeiros 10 anos observa-se uma repartição equilibrada entre famílias nucleares e complexas (alargadas ou múltiplas). A partir daqui o número de fogos com parentes diminui, até alcançar um nível mínimo entre o 21º e o 30º anos de casamento. As relações familiares no interior do grupo doméstico classificadas na categoria residual fazem du-

43 Para tal dividiu-se em décadas o período de observação após o casamento e até ao desaparecimento dos dois membros da unidade conjugal, pela morte ou recasamento de um dos viúvos. Vão ser utilizadas três únicas categorias para classificar a composição familiar do grupo doméstico: fogos nucleares (tipo 3 da tipologia de Henry-Hammel-Laslett), complexos (tipos 4 e 5) e outros (agrupando os solitários e os grupos domésticos sem qualquer núcleo conjugal, tipos 1 e 2). O universo de observação são os grupos domésticos de lavradores e de trabalhadores seguidos entre 1738 e 1811, em que foi identificada a data do casamento.

rante esta década a sua aparição, sinal da presença de solitários (viúvos ou viúvas sem filhos, por exemplo) ou de agregados de co-residentes com laços familiares entre si, mas em que não existe qualquer relação conjugal (tipos de estrutura familiar 2a ou 2b). Por último, os fogos complexos dão um novo salto no seu peso relativo entre os fogos de lavradores, quando estes se encontram para lá do 30º ano de matrimónio. Nesta ocasião ultrapassam mesmo o número de famílias nucleares.

A observação do tipo de parentes do chefe de família que se encontram no mesmo espaço residencial, pode ajudar a compreender este processo de mutação da importância relativa dos vários tipos de estrutura familiar (quadro 6).

Quadro 6: Tipos de parentes co-residentes ao longo da vida de um casal. Lavradores

| Anos de casamento | Tipos de parentes | | | Total |
|-------------------|-------------------|------------|--------------|-------|
| | Ascendentes | Colaterais | Descendentes | |
| 10 ou menos | 15 | 20 | 5 | 40 |
| 11 a 20 | 7 | 13 | 0 | 20 |
| 21 a 30 | 3 | 7 | 7 | 17 |
| 31 a 40 | 3 | 10 | 19 | 32 |
| Mais de 40 | 0 | 14 | 27 | 41 |
| Total | 28 | 64 | 58 | 150 |

Predominam as relações colaterais, na linha da tendência comum nos grupos domésticos residentes em Oeiras, com uma concentração no início e no fim da vida conjugal. No primeiro período são sobretudo irmãos ou cunhados do chefe de família, jovens ou ainda crianças, ou um grupo de irmãos do chefe de família que vive em conjunto durante algum tempo após a morte dos pais. São, todavia, as relações de parentes lineares que requerem uma maior atenção, quer as que se desenrolam em sentido ascendente (pais e sogros, de ambos os sexos), quer aquelas que dizem respeito aos descendentes (filhos, genros e noras).

Os ascendentes concentram-se na primeira e segunda décadas, com um claro predomínio dos sogros e sogras⁴⁴. Pelo contrário, os descendentes estão presentes com maior frequência a partir do 31º ano de casamento, com o domínio completo por parte de filhos casados e noras⁴⁵.

44 Existem 17 sogros contra 5 pais, considerando ambos os sexos, enquanto nos períodos seguintes as seis referências dizem respeito a mães.

45 Por 36 vezes surgem as referências a filhos casados e respectivas mulheres (noras do chefe de família), a que se juntam 9 ocorrências de netos de ambos os sexos e apenas uma sobrinha.

Tudo parece indiciar a importante presença de processos de desenvolvimento do grupo doméstico próximos da família troncal, em que se assiste à co-residência de uma unidade conjugal da geração descendente, detendo uma posição subordinada face aos pais no mesmo grupo doméstico. Existe, aliás, uma vincada diferença posição de filhos casados ou genros no interior do grupo doméstico. O casamento de uma filha, seguido da co-residência com os pais desta (ou com um dos pais sobreviventes), dá sistematicamente lugar a que a chefia do fogo passe para o controlo do genro recém-chegado. Não existe nenhum caso em que o genro esteja numa situação de dependência face aos sogros. É a este facto que se deve a maior importância assumida pelas referências a sogros e sogras durante os primeiros vinte anos de casados, quando comparadas com as que são dedicadas a pais e mães.

Em contrapartida, o casamento de um filho tanto pode originar a imediata passagem da chefia do fogo para o novo casal, como dar lugar a uma situação em que a chefia permanece nas mãos da geração mais velha. Quando acontece esta última solução, a co-residência entre pais e filhos origina a multiplicação das referências a filhos casados e noras a partir do 20º aniversário do casamento.

A trajectória dos grupos domésticos de trabalhadores é diferente da dos lavradores (gráfico 9). Só no período correspondente aos primeiros dez anos após o casamento, os fogos alargados e múltiplos se aproximam dos valores alcançados pelos fogos nucleares. A partir de ento regista-se uma quebra acentuada do seu número, não existindo qualquer traço de recuperação no final da vida do casal.

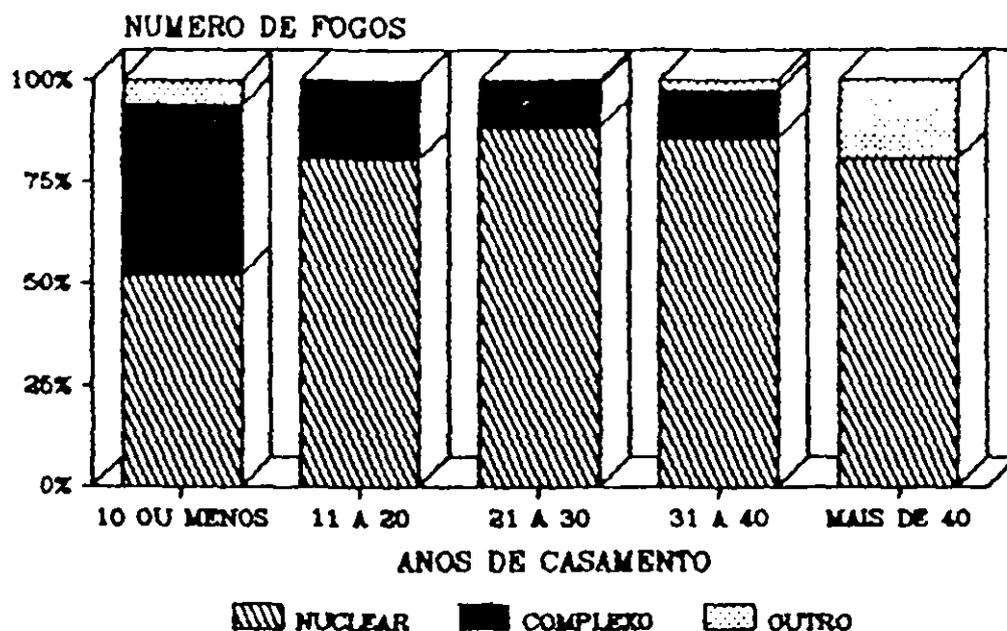
Os parentes ascendentes são majoritários nas referências surgidas durante a primeira década. Na sua quase totalidade são os pais da mulher que compõem este grupo, sendo muito raros os pais do chefe de família citados⁴⁶. Esta ausência continua nos restantes períodos: uma única vez aparece citado um ascendente do lado do chefe de família, enquanto que do lado da esposa as referências se cifram em 12.

A matrilateralidade é extensiva aos colaterais, predominando os cunhados (33) em detrimento dos irmãos (8), ao contrário do que se passava com os lavradores em que não se vislumbra uma marcada opção preferencial pelas relações de parentesco patrilaterais ou matrilaterais (36 irmãos contra 28 cunhados). Esta matrilateralidade do alargamento colateral deve-se ao facto da maioria dos trabalhadores não serem naturais de Oeiras, tendo casado numa zona em que muitos não dispõem de relações de pa-

⁴⁶ Entre as 39 referências a parentes ascendentes, 36 diziam respeito a sogros e duas a pais do chefe de família, sendo considerados ambos os sexos. O caso que falta é o de um tio.

rentesco consanguíneas, o que origina que pais e mães, irmãos e irmãs do chefe de família, estejam ausentes dos parentes que compartilham o mesmo espaço residencial.

Gráfico 9: Tipo familiar e trajetória do grupo doméstico. Trabalhadores



Quadro 7: Tipos de parentes co-residentes ao longo da vida de um casal. Trabalhadores

| Anos de casamento | Tipos de parentes | | | Total |
|-------------------|-------------------|------------|--------------|------------|
| | Ascendentes | Colaterais | Descendentes | |
| 10 ou menos | 39 | 33 | 15 | 87 |
| 11 a 20 | 6 | 8 | 4 | 18 |
| 21 a 30 | 6 | 7 | 2 | 15 |
| 31 a 40 | 1 | 0 | 8 | 9 |
| Mais de 40 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total | 52 | 48 | 29 | 129 |

Ao contrário dos lavradores, em que a presença no interior do fogo de relações lineares entre pais e filhos casados (na linha masculina ou feminina) se detectava nos dois extremos da biografia do casal, nos trabalhadores apenas no início da história conjugal do casal surgem referências a pais de qualquer dos cônjuges. A partir dos 30 anos de casamento, os filhos ou filhas casados não aparecem de modo algum com a intensidade com que são visíveis nos fogos dos lavradores.

Esta diferença de condutas é o resultado de práticas distintas na formação e no processo de desenvolvimento dos grupos domésticos. Entre

os lavradores, os agregados domésticos dispõem duma maior longevidade, ultrapassando o limite geracional da vida duma unidade conjugal⁴⁷. Embora alguns dos filhos vão residir para fora da casa paterna na altura do casamento, observa-se uma clara tendência para uma residência viri ou uxori-local se seguir ao casamento de um dos filhos. Esta lógica de sucessão entre gerações no interior do grupo doméstico, com a transmissão, por via masculina ou feminina, da autoridade no lar e na exploração agrária que lhe está associada, cria a oportunidade para a co-residência de mais do que uma unidade conjugal⁴⁸. No final da vida da unidade conjugal mais velha, dá-se por vezes a residência na mesma casa com o casal da geração mais jovem, formado por um filho ou filha que entretanto casou. Se, por ocasião do seu casamento, a autoridade no fogo fosse imediatamente transmitida ao filho ou filha recém-casado, então os membros (ou membro sobrevivente) da geração mais velha estariam numa posição dependente. Corresponde à complexificação dos fogos durante a primeira e segunda décadas de vida de um casal (gráfico 8), com as referências a sogros e sogras, pais e mães do chefe de família. Se, pelo contrário, a transmissão da chefia do fogo apenas ocorresse quando se desfizesse completamente o núcleo conjugal da geração mais velha, o momento de maior complexificação das relações familiares no agregado doméstico situar-se-ia nos últimos períodos do gráfico, com a multiplicação das referências a relações de parentesco como as de filho ou filha casados, genro ou nora, e netos. Nos grupos domésticos de lavradores não se pode dizer que se assista a um predomínio absoluto de qualquer dos processos de transmissão de autoridade -por ocasião do casamento ou por morte. Ambos eram possíveis e encontravam-se actuantes nas formas de sucessão nos grupos domésticos de lavradores. É esta ausência de regra única para o momento em que se processa a sucessão, que origina o traçado característico da distribuição da frequência dos fogos complexos durante os diferentes períodos de vida de um casal: existência de uma curva de frequências vincadamente bimodal.

47 Cf. quadro 6.1 em Silva (no prelo). Nele se constata que entre os trabalhadores, mais de 1/3 dos grupos domésticos desaparecem ao fim de 20 anos de observação, com uma particular incidência nos 10 primeiros anos. Avancem-se mais 10 anos e apenas sobram 1/3 dos fogos iniciais, demonstrando a permeabilidade dos grupos domésticos de trabalhadores à sua rápida extinção no território da freguesia. Nos lavradores a conclusão é distinta: ao fim de 30 anos de observação apenas tinha desaparecido 1/4 das famílias de lavradores, ao passo que se cifravam em mais de 2/3 as perdas de fogos de trabalhadores. Com informações relativas a mais de 50 anos consecutivos de presença na freguesia de Oeiras ainda restam 32% dos fogos de lavradores. Em contraste, a presença de grupos domésticos de trabalhadores fica reduzida a 7% dos fogos. Estas diferenças traduzem uma diferente propensão para a mobilidade geográfica, mas também inclinações distintas para a constituição de fogos tendencialmente perenes.

48 Deixei de parte a apresentação dos processos de sucessão intergeracional no interior do fogo. Cf. Silva (no prelo: 6.4.).

A curva em U, característica da distribuição dos fogos complexos entre os lavradores, é substituída por uma curva em L entre os trabalhadores: unimodal, com o ponto mais alto situado no início da biografia do casal. Isto é, quando residem com os seus filhos ou filhas casados, os membros da geração mais velha estão quase todos numa posição subalterna no interior do fogo, coincidindo com os primeiros dez anos de duração do jovem casal. Ao contrário do que acontece nos lavradores, muito raramente qualquer dos filhos ou filhas vive com os pais após o casamento, limitando as probabilidades de co-residência de dois núcleos conjugais na fase terminal da biografia do casal. A co-residência de pais ou sogros não está entrelaçada primordialmente com um processo de sucessão na chefia do fogo, mas com a integração dos mais velhos no lar, formado a partir de um padrão de residência neolocal.

É curta a duração da permanência de parentes nos fogos de trabalhadores. Atente-se nos seguintes dados: de todos os parentes que foram encontrados nos fogos de que foi reconstituída a sua evolução, 40% apenas permanecem um ano no grupo doméstico de acolhimento; 30% ficam entre um e quatro anos; com uma duração igual ou superior a 10 anos só existem 29 indivíduos, o que equivale a 9% do total. Destes últimos, os lavradores detinham mais de metade, ao passo que os trabalhadores apenas contavam com um parente que permanecia mais de 9 anos no fogo.

Que podemos concluir duma duração da presença de familiares no grupo doméstico, em que mais de 2/3 dos seus efectivos permanece entre 1 e 3 anos? A integração de parentes do chefe de família é um processo temporário. O grupo doméstico não existe como lugar duradouro de auxílio e assistência, ou de fornecimento de emprego a familiares, na esmagadora maioria das situações de complexificação das relações familiares no seu interior. Estas entradas, com permanências que duram um ou dois anos, seguidas pelo abandono, a que não falta por vezes um posterior retorno, manifestam uma semelhança evidente com os movimentos de passagem dos filhos de trabalhadores pela casa paterna, quando durante a juventude tinham já saído uma primeira vez de casa, mas ainda não tinham casado. Objectivos idênticos norteariam alguns destes movimentos: uma pausa na contratação anual como moços ou moças, o aproveitamento da casa de pais ou familiares como habitação em múltiplos casos de crise. Mesmo para relações familiares e situações em que se esperaria uma estadia prolongada -caso da viuvez de pais ou sogros, por exemplo-, predominam períodos curtos de estadia e a rotação pela casa de vários filhos ou genros.

Chegou ao fim a análise das relações de parentesco no espaço de residência, análise integrada numa abordagem processual do grupo doméstico. A imagem longitudinal da estrutura das relações de parentesco entre os co-residentes fornece uma percepção mais clara da importância relativa dos fogos complexos nos lavradores e trabalhadores. Não altera a conclusão oriunda da análise transversal. Os lavradores são o grupo em que as relações de parentesco são mais frequentes e complexas, enquanto os trabalhadores se situam no polo oposto. Contudo, permitiu salientar o peso dos fogos complexos nos primeiros anos de casamento, independentemente do grupo socioprofissional considerado. Mesmo nos grupos domésticos cuja formação tinha uma dinâmica neolocal, os primeiros anos de casamento podiam ser um período em que os co-residentes não se reduziam ao jovem casal e a um ou outro filho entretanto nascido. É isto que explica a dimensão média dos fogos de trabalhadores acima do par conjugal, que seria a dimensão plausível para práticas de casamento neolocal nos primeiros anos da biografia da unidade conjugal. Só que nestes agregados domésticos a complexificação era principalmente o resultado do fogo se assumir como um polo de assistência e de protecção face aos efeitos da morte na desorganização da economia doméstica das famílias atingidas e na quebra de laços sentimentais. Para os trabalhadores -e para muitos dos artífices- a possibilidade da entrada dum parente para se integrar num grupo de trabalho estava posta de parte.

Que factores poderiam ditar as diferenças entre os grupos socioprofissionais na articulação entre as relações familiares e o processo de desenvolvimento do grupo doméstico? Em primeiro lugar, o padrão de residência pós-matrimonial e a sua relação com diferentes práticas de sucessão. Em segundo lugar, o grau de mobilidade geográfica evidenciado pelos vários grupos socioprofissionais, criando diferentes concentrações de relações familiares. Em terceiro lugar, a maior ou menor capacidade do grupo doméstico em se assumir duradouramente como um local de assistência, de mobilização de força de trabalho e fonte de bem-estar. Por último, o próprio quadro físico em que se processava a co-residência, pois o espaço disponível fixa limites à possibilidade de manipulação. Torna viável uma passagem curta, dificulta uma instalação duradoura.

5.4. Trajectórias familiares e sucessão na chefia do fogo

Os lavradores são o grupo em que são mais perceptíveis os processos de sucessão. A longevidade do período em que permanecem sob observação é o resultado do predomínio duma dinâmica de desenvolvimento do

grupo doméstico alicerçada na sua continuidade através da sucessão intergeracional⁴⁹.

Ao falar em processos de sucessão entre os lavradores é importante salientar que com esta noção se pretende dar um cunho mais lato do que aquele que é abrangido pelas palavras "herança" ou "transmissão de bens", quando estes são entendidos como bens próprios. Os lavradores raramente são proprietários dos bens que cultivam, embora possam ter algumas terras e vinhas, e, principalmente, prédios urbanos. A transmissão da propriedade de bens era um fenómeno de reduzida importância na reprodução deste grupo. Mais importante que a herança das casas ou courelas de terra era a forma como se processava o acesso aos casais e terras que detinham como rendeiros, e que constituíam o núcleo central da sua lavoura. A necessidade de distinguir entre sucessão e herança torna-se, assim, fundamental⁵⁰: a sucessão na chefia do fogo e da exploração agrícola que lhe está associada, é o elemento central na transmissão entre gerações do lugar social de lavrador nesta sociedade.

O próprio espaço físico residencial em que se desenvolve a vida do grupo doméstico do lavrador está estreitamente relacionado com as terras que cultiva. Os casais, unidade predial característica da lavoura de um lavrador, têm quase sempre uma morada de casas de habitação (e outras dependências destinadas ao gado, alfaias e sementes), para além das terras.

A análise efectuada sobre os processos e formas de sucessão nos grupos domésticos de lavradores salientou aspectos fundamentais para entender a perpetuação intergeracional destes agregados domésticos⁵¹: uma sucessão por via masculina e privilegiando o primogénito; uma transmissão da chefia do fogo que é empurrada preferencialmente para o momento do desaparecimento da geração mais idosa, nem que para tal se tenha de sa-

49 Por exemplo, dos 35 lavradores existentes em 1806, apenas não conheço a origem de 9 deles. Isto não significa que todos os outros 26 grupos domésticos tenham um desenvolvimento unilinear desde 1763. Certos agregados familiares existentes em 1763 extinguem-se sem descendência, outros abandonam a exploração agrária, outros ainda deixam de residir na freguesia por razões que desconheço. Por seu turno, alguns dos agregados familiares conseguem colocar mais do que um filho como lavrador, através do jogo de alianças matrimoniais com grupos domésticos de lavradores em que não existem filhos do sexo masculino.

50 Georges Augustins (1982) destaca este aspecto da seguinte forma: «Relativement aux modes de perpétuation des groupes domestiques simples, les distinctions que nous avons opérées entre patrimoine et exploitation agricole, succession et héritage, nous permettent d'inclure dans le champ de nos observations la catégorie des fermiers. La transmission d'un droit de fermage sur une exploitation est une succession selon la définition que nous avons donnée de ce mot, même si elle ne s'accompagne pas de l'héritage» (pp. 58-59).

51 Tratamento exaustivo destes aspectos em Silva (no prelo: 6.4.).

crificar o momento em que se efectua o matrimónio do sucessor⁵². Apenas os sucessores que são filhos únicos (porque não existe qualquer outro filho, ou porque são os únicos filhos do sexo masculino), podem esperar que o seu casamento se realize num momento mais precoce da sua trajectória individual. Quando os acasos do nascimento e da morte privam o agregado familiar dum filho varão, a sucessão por via feminina é a única possibilidade, acompanhada então por uma imediata abdicação da autoridade no lar por parte da geração mais velha, logo que ao casamento da filha se segue uma residência uxorilocal.

Ao seguir-se as trajectórias de indivíduos e grupos domésticos ficou patente a intrincada rede de relações de parentesco que unia os grupos domésticos de lavradores entre si. Através do casamento se teciam estas relações, por vezes reforçadas com o recurso ao parentesco artificial. Esta densidade de relações de parentesco era uma característica dos lavradores. Aliavam a maior duração dos grupos domésticos, passíveis de serem observados no seu desenvolvimento ao longo de gerações, à formação dessa teia de parentes -por afinidade, consanguíneos e espirituais- que dota as suas relações familiares com uma feição peculiar. Na conjugação destes dois aspectos se inscreve a maior propensão à integração de parentes nos grupos domésticos de lavradores. Por um lado, o processo de desenvolvimento dos grupos domésticos -baseado numa sucessão linear entre as gerações, por via feminina ou masculina-, propiciava que a composição dos familiares co-residentes se tornasse complexa nos períodos da trajectória familiar que coincidiam com o casamento e co-residência dos filhos, e a sobrevivência dos seus progenitores. Por outro lado, a maior densidade da rede de parentesco tornava possível que outro tipo de parentes surgisse nos fogos de lavradores, mesmo em momentos e em resultado de processos que não diziam respeito à sucessão entre gerações.

Porém, o aspecto a destacar é a notável diferença entre as formas de organização de grupos domésticos de lavradores e trabalhadores. Nos primeiros, a organização do grupo doméstico manifesta uma tendência para a sua perpetuação. Torna-se difícil definir um princípio e um fim no processo de desenvolvimento dos grupos domésticos. (Mitterauer e Sieder, 1979: 280) Esta perpetuação dos grupos domésticos de lavradores é assegurada pela sucessão intergeracional da autoridade no grupo doméstico e do controlo dos recursos em que se baseia a sua exploração agrária.

⁵² A idade média ao casamento dos filhos de lavradores que sucedem aos seus pais na chefia do fogo é superior à dos restantes filhos de lavradores: face a uma idade média ao casamento de 28,5 anos para os filhos de lavradores, os sucessores casavam em média aos 33,7 anos, enquanto que os outros contraíam o matrimónio com uma idade média de 26,6 anos. Quando o casamento é arrastado até um momento posterior à morte dos pais, encontram-se idades ao casamento entre 35 e 43 anos.

Fomenta a fixação e a continuidade na mesma residência. Propicia a multiplicação de laços de parentesco, através de alianças matrimoniais que privilegiam o casamento entre filhos de lavradores como forma de assegurar a reprodução social do grupo. Mesmo sem a sua tradução na co-residência, estas alianças adensam as relações de parentesco disponíveis por cada grupo doméstico de lavradores⁵³.

Nos trabalhadores prevalece a formação de um novo lar sempre que existe um casamento, em resultado da residência neolocal após o matrimónio. Daí que, tendencialmente, o grupo doméstico tenha a duração da própria unidade conjugal que o formou: quando morrem os dois cônjuges, finaliza também a história deste grupo doméstico⁵⁴.

Não se observa a perpetuação da mesma família numa residência. A descontinuidade do local de residência entre cada geração é a norma. Não existe uma relação estável entre grupo doméstico e residência, e é com frequência que se assistem a saídas da freguesia por parte de unidades conjugais, em qualquer momento da sua biografia. A procura de trabalho deveria ser uma razão activadora destes movimentos. Por sua vez, o desenraizamento face a bens imobiliários inculca-lhes um impulso ainda maior.

A procura doutras oportunidades de trabalho não estimulava apenas os jornaleiros. Os artífices, mesmo aqueles que constituíam unidades de trabalho, mudavam também bastante de residência, explicando a dificuldade da sua observação continuada no tempo. A actividade artesanal e o pequeno comércio podiam ser levados a cabo por uma população mais móvel do que calcularia quem sonhasse estes homens e mulheres circunscritos aos horizontes paroquial ou concelhio: poucas vezes existia a dependência de instalações ou utensílios pouco ou nada móveis, que dificultassem a mobilidade geográfica.

À descontinuidade geracional de residência, alicerçada no modelo de residência neolocal, associava-se esta descontinuidade que se desenrolava ao longo da biografia dum unidade conjugal. As consequências na composição do grupo de co-residentes não se faziam esperar. Em primeiro lugar, pondo de parte o casamento em casa, afastava a hipótese de complexificação das relações familiares no período que transcorria entre o ca-

53 Juntamente com a capacidade de perpetuação dos grupos domésticos de lavradores, estas estratégias de alianças ajudam a compreender a permanência e a difusão de alguns patronímicos entre os lavradores: Rebelo, Moreira, Pedroso, Francisco, etc.

54 Embora os trabalhadores manifestem estas tendências numa tonalidade mais nítida, elas são extensivas a outros membros desta sociedade local, como grande parte dos artífices, os tendeiros e taberneiros, os almocreves, por exemplo.

samento dum filho e a morte de ambos os membros do casal mais velho. Em segundo lugar, dificultava a formação de redes de parentesco densas, diminuía o número de parentes que se concentravam à escala local e que em momentos de crise da economia doméstica podiam dar origem a laços de parentesco actuantes e não apenas potenciais.

É certo que os agregados familiares de trabalhadores desempenhavam um papel na assistência a parentes a dificuldades. Mas o auxílio através da co-residência era curto, era prestado por poucos anos ou mesmo apenas por alguns meses. Daí que as famílias complexas fossem transitórias, rapidamente se desfizessem. Eram respostas a situações momentâneas de crise, causadas pelas investidas da morte e da doença, e não o resultado de quaisquer princípios estruturais de organização e reprodução dos grupos domésticos.

Em contrapartida, a complexificação dos grupos domésticos de lavradores, mesmo quando coincidente na forma que o grupo de co-residentes tomava e no momento da biografia familiar em que se efectuava, correspondia a um processo social inteiramente diferente daquele que caracterizava o alargamento assistencial dos fogos de trabalhadores. Nos lavradores é a lógica da sucessão e perpetuação do grupo doméstico que impera.

Os trabalhadores e os lavradores, quando comparados entre si, evidenciam dois sistemas distintos de organização do grupo doméstico, ditando diferentes processos de desenvolvimento e configurações diversas, quando os fogos são observados sincronicamente. O modo como se processa a formação do grupo doméstico detém a posição privilegiada assinalada por Laslett (1983: 531-532), ao referir o seu carácter de princípio estrutural, vinculando muitas das características da morfologia dos agregados familiares. O próprio sentido da trajectória dos grupos domésticos ao longo do tempo não fica imune a esta influência, para além da que se prende com as diferenças no número, tipo e momento em que os parentes do chefe de família podem ser observados. A formação do grupo doméstico característica dos lavradores, baseada na substituição de gerações no mesmo fogo pela ascensão de um dos filhos à sua chefia, instaura um processo de desenvolvimento repetitivo, que tendencialmente se perpetua ao longo do tempo⁵⁵. Nos trabalhadores, pelo contrário, a residência neolocal após o casamento leva à dissolução do grupo doméstico da geração mais velha, impossibilita a sua perpetuação.

⁵⁵ Seria a este processo de desenvolvimento que a noção de «ciclo» se poderia aplicar com algum significado.

6. Conclusão

A grande maioria das relações familiares no interior dos grupos domésticos que viviam em Oeiras entre 1730 e 1810 caracterizava-se pela sua circunscrição ao casal e filhos solteiros, assente num modelo de residência após o casamento esmagadoramente neolocal. Quando existiam parentes exteriores ao núcleo conjugal e seus filhos a configuração das relações familiares entre os co-residentes tomava uma feição radial, traduzindo a imagem de um feixe concêntrico de relações de parentesco que toma o chefe de família como centro e se dirige em todas as direcções. O recrutamento bilateral dos parentes era uma característica igualmente importante. Tudo isto destaca um aspecto fundamental, não apenas na definição dos alargamentos privilegiados, mas também do conjunto do sistema de parentesco e da função das relações familiares nesta sociedade local: a flexibilidade, a rejeição de regras rígidas que presidissem à presença de familiares no interior do grupo doméstico. Para além do círculo primário de relações imediatas, formado pelo casal e seus filhos, as relações familiares caracterizavam-se pela sua fluidez. A presença de parentes no grupo doméstico não exibia as marcas de qualquer ciclo inexorável de desenvolvimento, de qualquer regra que condicionasse a trajectória dos grupos domésticos.

Mas estes são comportamentos modais. Largamente, esmagadoramente maioritários, não são, todavia, extensivos a todos os grupos domésticos⁵⁶. Lavradores e trabalhadores simbolizaram a separação entre duas formas distintas de organização do grupo doméstico.

Quanto ao modo como se efectuava a formação do agregado familiar, os trabalhadores assumiam a residência neolocal após o casamento como solução. Cada novo casal forma um novo lar, abandonando qualquer dos cônjuges a casa paterna. Qualquer sistema de sucessão intergeracional na chefia do fogo e de correlativa perpetuação da *casa* estavam, pois, postos em xeque. Para lá dos efeitos na morfologia dos grupos domésticos e na dinâmica do seu desenvolvimento, já apontados, a residência neolocal pressupõe uma atitude distinta face ao casamento. Pressupõe que a nova família seja capaz de angariar as suas próprias fontes de rendimento, de molde a que a unidade doméstica se mantenha como unidade de consumo.

Ao invés, nos lavradores observa-se uma lógica de desenvolvimento dos grupos domésticos em que a sucessão intergeracional na chefia do fogo desempenha um papel fundamental. Apenas um dos filhos casa na

56 Uma vantagem dos estudos intensivos à escala local consiste na possibilidade de espreitar para de baixo da capa de homogeneidade de condutas associadas a esta ou àquela região.

casa paterna, ascendendo à chefia do grupo doméstico e da exploração agrária normalmente após a morte de ambos os membros do casal, embora a transmissão da autoridade logo após o casamento também se verifique. Trata-se da organização do grupo doméstico que também pode ser encontrada nas famílias camponesas do Noroeste Ibérico, das zonas pirenaicas e da Catalunha⁵⁷. Os lavradores de Oeiras, que arrendam a quase totalidade dos bens fundiários que trabalham, têm um tipo de estratégia de sucessão que usualmente é associada à defesa do património familiar como móbil fundamental. No caso de Oeiras a reprodução do grupo social efectua-se mesmo sem a existência de bens fundiários próprios, desempenhando a sucessão intergeracional da autoridade no lar e do controlo sobre os recursos fundiários a mesma função que a herança de bens patrimoniais entre os camponeses com terra. A autoridade da geração mais velha na transmissão da chefia do fogo estaria mesmo mais reforçada. O que se transmitia não eram bens próprios, mas um direito de acesso ao arrendamento dos casais, que constituíam a unidade de exploração fundiária por excelência. Logo, a existência de constrangimentos exteriores à vontade da família, afastava qualquer possibilidade de permeabilidade a um igualitarismo na sucessão⁵⁸.

Estes dois sistemas de organização do grupo doméstico correspondem, afinal, a lugares distintos no processo económico e na hierarquia desta sociedade local. No primeiro caso, o acesso ao cultivo de terras e ao lugar social de «lavrador» é alcançado através duma sucessão intergeracional na chefia do fogo por parte dum único filho ou filha, com as consequências já sublinhadas para a morfologia dos grupos domésticos. O próprio facto destes grupos domésticos se constituírem como grupos de trabalho tinha desde logo efeitos visíveis na retenção de filhos solteiros e na atracção de jovens como trabalhadores domésticos. No segundo caso, os agregados familiares dos trabalhadores estavam desvinculados de qualquer função como grupo de trabalho. Não era o acesso a recursos produtivos que ditava a sua composição, mas a necessidade de adequar os rendimentos do trabalho ao número de consumidores, objectivo atingido -por exemplo- através da saída dos filhos para irem servir como criados. De igual modo,

57 Rowland (1984, 1987a e 1987b), Nunes (1987), Brandão (1985), Fauve-Chamoux (1987), Lisón-Tolosana (1980) e Simón Tarrés (1987).

58 Juridicamente os bens em regime de arrendamento estavam fora de qualquer tutela patrimonial por parte do arrendatário. No entanto, o arrendamento dos casais transmite-se no interior da mesma família ao longo de várias gerações. Nesta situação quase que tem um estatuto semelhante aos bens aforados, sem no entanto quaisquer constrangimentos à forma de sucessão, como por vezes eram estipulados na concessão do domínio útil. Sobre a sucessão nos diferentes tipos de bens veja-se Fátima Brandão (1985), embora esta autora não tenha sublinhado a existência de práticas de transmissão intergeracional dos arrendamentos.

também as decisões matrimoniais nada tinham a ver com o acesso à propriedade ou ao usufruto de bens fundiários. Era este último modelo de organização dos grupos domésticos que se destacava como largamente maioritário na freguesia de Oeiras, deixando a «família troncal» dos lavradores como feixe de condutas residual, em relação à família, ao casamento e à sucessão.

Todavia, esta separação entre dois sistemas de organização do grupo doméstico, específicos de lavradores e trabalhadores, não implica a aceitação das características dos dois modelos de economia doméstica usualmente apresentados como antagónicos.

O modelo de «economia doméstica com base no salário» (*wage economy*) é aquele que demonstra melhor plasticidade face aos resultados encontrados para Oeiras: a incapacidade do agregado doméstico em controlar o seu próprio trabalho tem sido sistematicamente apresentada como conducente a uma organização familiar e procriativa de tipo neolocal, nuclear e baseada no «padrão europeu de casamento». (Laslett, 1983: 559) Porém, o fulcro do modelo, naquilo que se relacionava com a adequação entre a composição do grupo doméstico e a natureza da sua posição no processo de trabalho, era a defesa de que não existia qualquer limite ao número de membros activos da família que poderiam residir no mesmo fogo, que não existiam constrangimentos ao número de filhos que poderiam permanecer em casa. Registei, afinal, a existência de duas limitações à co-residência de filhos em casa dos pais de famílias de assalariados e, concomitantemente, à proliferação de agregados domésticos numerosos: a primeira, refere-se à necessidade de saída de casa dos pais para entrada no mundo laboral nas idades mais precoces; a segunda, diz respeito ao espaço físico disponível para albergar os co-residentes.

Quanto ao modelo de «economia camponesa» derivado da teorização de Chayanov, a sua lógica não podia estar mais afastada do comportamento das famílias de lavradores residentes em Oeiras entre 1730 e 1810. É certo que estes grupos domésticos manifestam uma maior capacidade de retenção dos filhos, devido à sua coincidência com grupos de trabalho e, em certos casos, fazem valer esta sua característica para empregarem outros parentes. Contudo, a adequação entre bens agrícolas cultivados e mão-de-obra residente faz-se sobretudo através da contratação de criados e pela saída dos filhos de casa dos pais, nas famílias com menos terra. Os recursos em força de trabalho de cada grupo doméstico de lavradores não estavam estritamente dependentes da mão-de-obra familiar, fosse ela oriunda do grupo de filhos ou proveniente do leque mais amplo de familiares. Sendo assim, estavam postas de parte quaisquer formas de mobilidade

social cíclica dos grupos domésticos, subordinada à microdemografia da família, aspecto central no modelo de «economia camponesa» de Chayanov. Em Oeiras, não apenas o grupo de lavradores era ex-tremamente homogêneo ao longo do tempo, com difícil entrada de intrusos, mas também os grupos domésticos se mantinham por décadas no mesmo patamar de recursos disponíveis e de rendimento presumível.

A especificidade dos processos de formação e desenvolvimento dos grupos domésticos de lavradores motiva uma observação final relativamente aos estudos sobre a família. Embora minoritários e residuais estes processos de desenvolvimento caracterizavam uma franja da população com uma influência económica, social e política destacada à escala local. São, por isso, distintos das elites com expressão nacional, como a aristocracia. A construção de uma geografia diferencial das formas de organização do grupo doméstico não deve esquecer as condutas diferenciais consoante os vários grupos sociais, mesmo aceitando a distinção apresentada por Rowland (1987: 245-247) entre duas escalas de análise. Pelo menos, três virtualidades se podem destacar deste entrelaçamento de problemáticas. Uma, óbvia, diz respeito à possibilidade de complexificar a geografia da organização do grupo doméstico, chamando precisamente a atenção para o carácter modal dos comportamentos registados como padrão. A segunda, relaciona-se com a função desempenhada pelos quatro grupos de tendências definidos por Laslett (1983: nomeadamente quadro 17.5) para a apresentação da divisão entre vários padrões de organização familiar. Realcei noutra ocasião (Silva, 1989) a importância desta nova tipologia das relações entre nupcialidade, processos de estruturação dos grupos domésticos e o que Laslett intitulava as «society-level variables», precisamente pela possibilidade de contextualizar as condutas demográficas e familiares. Ora, a forma mais eficaz de desenvolver as potencialidades desta tipologia é a sua utilização no estudo de comportamentos diferenciais. Isto é: utilizar à escala microanalítica do estudo de comunidade as potencialidades desta tipologia, concebida para uma classificação macroscópica. Por último, é igualmente possível conceber uma reconciliação entre uma análise à escala macroscópica, que tende para a homogeneização de condutas com base em práticas modais, e uma análise microscópica, propícia à fragmentação de condutas face ao casamento ou à família, para além da «reconciliação metodológica» atrás descrita. A comparação entre diferentes áreas e períodos a um nível macro ganha igualmente com a análise das condutas familiares e demográficas por grupo social. Permite enquadrar de forma mais evidente os níveis distintos de complexidade familiar observados entre duas regiões ou entender a existência de diferentes

formas de organização familiar em grupos sociais aparentemente semelhantes, como foi esboçado atrás a propósito do trabalho de D. Sella. As vantagens comparativas dos estudos de comunidade para abordagens que colocam a contextualização dos comportamentos familiares ou demográficos observados como estratégia de investigação, proporcionam a eficácia desta reconciliação.

7. Referências bibliográficas

- AMORIM, M.N., 1987, *Guimarães, 1580-1819. Estudo demográfico*, Lisboa, INIC.
- AUGUSTINS, G., 1982, "Esquisse d'une comparaison des systèmes de perpétuation des groupes domestiques dans les sociétés paysannes européennes", *Archives européennes de sociologie*, XXIII, 39-69.
- BRADLEY, B.P. e MENDELS, F., 1978, "Can the hypothesis of a nuclear family be tested statistically?", *Population Studies*, 32, 2, 381-394.
- BRANDÃO, F., 1985, "A morte e a sobrevivência da casa rural num concelho do Noroeste", in FEIJÓ, R. et al. (orgs.), *A morte no Portugal contemporâneo*, Lisboa, Quercus.
- BURGUIÈRE, A., 1986, "Les cent et une familles de l'Europe", in A. BURGUIÈRE et al., *Histoire de la Famille*, vol. 2, Paris.
- CASCÃO, R. 1985, "Demografia e sociedade. A Figueira da Foz na primeira metade do século XIX", *Revista de História Económica e Social*, 15, 83-122.
- CASCÃO, R., 1989, *Permanência e mudança em duas comunidades do litoral: Figueira da Foz e Buarcos entre 1861 e 1910*, Coimbra, Faculdade de Letras, Dissertação de Doutoramento.
- CHAYANOV, A.V., 1966, *The Theory of Peasant Organization*, Homewood Illinois, (org. de D. Thorner et al.).
- FAUVE-CHAMOUX, A., 1978, "Le fonctionnement de la famille-souche dans les Baronnies des Pyrénées du XVIIe. siècle à la première guerre mondiale", in *I Congreso Hispano-Luso-Italiano de Demografia Histórica*, Barcelona.
- FORTES, M., 1958, "Introduction", in J. GOODY (org.), *The developmental cycle of domestic groups*, Cambridge, Cambridge University Press.
- KUSSMALL, A., 1981, *Servants in husbandry in early modern England*, Cambridge, Cambridge University Press.
- LASLETT, P., 1983, "Family and household as work and kin group: areas of traditional Europe compared", in R. WALL et al. (org.), *Family Forms in Historic Europe*, Cambridge, Cambridge University Press.
- LISÓN-TOLOSANA, C., 1980, *Invitación a antropología cultural de España*, Madrid.
- MEDICK, H., 1976, "The proto-industrial family economy the structural function of household and family during the transition from peasant society to industrial capitalism", *Social History*, 3, 291-315.
- MINTZ, S., 1973, "A note on the definition of peasantries", *Journal of Peasant Studies*, 1, 91-106.
- MITTERAUER, M., 1990, "Servants and Youth", *Continuity and Change*, 5, 11-38.

- MITTERAUER, M. e SIEDER, R., 1979, "The developmental process of domestic groups: problems of reconstruction and possibilities of interpretation", *Journal of Family History*, 3, 257-284.
- NUNES, J.A., 1986, "On household composition in North Western Portugal. Some critical remarks and a case study", *Sociologia Ruralis*, 26, 48-69.
- NUNES, J.A., 1987, "Nupcialidade e família em Portugal (séculos XVI-XX), balanço crítico e perspectivas", in *I Congreso Hispano-Luso-Italiano de Demografía Histórica*, Barcelona.
- O'NEILL, B., 1981, "Proprietários, Jornaleiros e Criados num aldeia transmontana desde 1886", *Studium Generale*, 2-3, 31-73.
- O'NEILL, B., 1984, *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras. Desigualdade social numa aldeia transmontana, 1870-1978*, Lisboa, D. Quixote.
- O'NEILL, B., 1985a, "Jornaleiras e zorros: dimensões da ilegitimidade numa aldeia transmontana, 1870-1978", in AA.VV., *Les campagnes portugaises de 1870 a 1930: images et realite*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian.
- O'NEILL, B., 1985b, "Morrer e herdar no Trás-os-Montes rural", in R. FEIJÓ et al. (orgs.), *A morte no Portugal contemporâneo*, Lisboa, Quercus.
- ROWLAND, R., 1984, "Sistemas Familiares e Padrões Demográficos em Portugal: Questões para uma Investigação Comparada", *Ler História*, 3.
- ROWLAND, R. 1987a, "Matrimonio y Familia en el Mediterráneo Occidental: Algunos interrogantes", in F. CHACÓN (org.), *Familia Sociedad en el Mediterráneo Occidental. Siglo XV-XIX*, Murcia, Universidad de Murcia.
- ROWLAND, R. 1987b: "Nupcialidade, Família, Mediterrâneo", *Boletín de la Association de Demografía Histórica*, V, 2.
- ROWLAND, R., 1988, "Sistemas matrimoniales en la Península Ibérica (siglos XVI-XIX). Una perspectiva regional", in PÉREZ MOREDA, V. e REHER, D., *Demografía histórica en España*, Madrid, El Arquero.
- SELLA, D. 1985, "Household, land tenure and occupation in Worth Italy in the late sixteenth century", *Journal of European History*, 3, 487-509.
- SHANIN, T., 1971, *Peasants and peasant societies*, Harmondsworth, Penguin.
- SHANIN, T., 1973, "The nature and logic of the peasant economy", *Journal of Peasant Studies*, 1, 63-90; , 2, 137-162.
- SHANIN, T., 1983, *La clase incómoda*, Madrid, Alianza, 1983 (trad. castelhana de *The Ackward Class*, Oxford, Oxford University Press, 1972).
- SIEDER, R. e MITTERAUER, M., 1983, "The reconstruction of the family life course: theoretical problems and empirical results", in R. WALL et al (orgs.), *Family forms in historic Europe*, Cambridge, Cambridge University Press.
- SILVA, A.F., 1987, "Família e trabalho doméstico no 'hinterland' de Lisboa: Oeiras, 1763-1810", *Análise Social*, 97, 531-562.
- SILVA, A.F., 1988, "Modelos de causalidade e análise histórica", *Penélope*, 1, 135-150.
- SILVA, A.F., 1989, "A 'família mediterrânica' - um trajecto bibliográfico", *Penélope*, 3, 111-127.
- SILVA, A.F., no prelo, *Propriedade, Família e Trabalho 'hinterland' de Lisboa: Oeiras, 1738-1811*, Lisboa, Cosmos.

- SIMÓN TARRÉS, A., 1987, "La familia catalana en el Antiguo Régimen", in J. CASEY et al. (orgs.), *La familia en la España mediterránea (siglos XV-XIX)*, Barcelona, Crítica.
- SMITH, R.M., 1981, "Fertility, economy any household formation in England over three centuries", *Population and Development Review*, 7, 602-606.
- SMITH, R.M., 1984, "Some issues concerning families and their property in rural England 1250-1800", in R. SMITH (org.), *Land, Kinship and Life-cycle*, Cambridge, Cambridge University Press.
- SMITH, R.M., 1986, "Transfer Incomes, Risk and Security: The Roles of the Family and the Collectivity in Recent Theories of Fertility Change", in COLEMAN e SCHOFIELD (orgs.), *The state of population theory. Forward from Malthus*, Oxford, Basil Blackwell.
- THOMPSON, E.P., 1976, "The grid of inheritance: a comment", in J. GOODY et al. (orgs.), *Family and inheritance*, Cambridge, Cambridge University Press.
- THOMPSON, E.P., 1985, *Whigs and hunters*, Harmondsworth, Penguin (1ª ed. 1975).
- THORNER, D., 1971, "Peasant economy as a category in economic history", in T. Shanin (org.), *Peasants and peasant societies*, Harmondsworth, Penguin.
- WALL, R., 1978, "The age at leaving home", *Journal of family history*, 3, 181-202.
- WALL, R., 1983, "Does owning real property influence the form of the household? An example from rural West Flanders", in R. WALL et al. (orgs.), *Family forms in historic Europe*, Cambridge, Cambridge University Press.
- WALL, R., 1984, "Real property, marriage and children: the evidence from four pre-industrial communities", in R. SMITH (org.), *Land, Kinship and Life-cycle*, Cambridge, Cambridge University Press.
- WALL, R., 1986, "Work, welfare and the family: an illustration of the adaptative family economy", in L. BONFIELD et al. (orgs.), *The world we have gained. Histories of population and social structure*, Oxford, Basil Blackwell.
- WALL, R., 1987, "Leaving home and the process of household formation in pre-industrial England", *Continuity and Change*, 2, 77-101.
- WOLF, E., 1966, *Peasants*, Englewood Cliffs (NJ), Prentice-Hall.